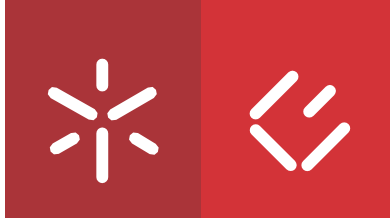


Universidade do Minho  
Escola de Economia e Gestão

Inês da Silva Leite

O impacto da crise de refugiados da Síria nas políticas sociais, económicas e segurança: análise comparativa do impacto na Turquia e Jordânia



**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Inês da Silva Leite

**O impacto da crise de refugiados da Síria nas políticas  
sociais, económicas e segurança: análise comparativa do  
impacto na Turquia e Jordânia**

Dissertação de Mestrado  
Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação de  
**Professora Doutora Maria do Céu Pinto Arena**

Outubro 2022

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações  
CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Dedico esta dissertação aos meus pais, Rui e Isabel Maria, pois a sua conclusão apenas foi possível graças a eles.

Dedico a toda à minha família, mas em especial à minha avó Emília, à sua força e à luta diária que ela enfrenta.

Dedico a toda a gente, que direta ou indiretamente me ajudou neste longo percurso.

## **Agradecimentos**

Quero agradecer minha orientadora, Professora Doutora Maria do Céu Pinto Arena, por todo o auxílio prestado ao longo da elaboração desta investigação, pelo seu esforço e ajuda.

Quero agradecer às minhas amigas de longa data, Inês e Leonor que me acompanham desde sempre e desde início que me deram a mão neste percurso e me acompanharam. Quero agradecer à Daniela pelo apoio incansável ao longo deste percurso, do primeiro ao último dia. Agradeço à Ariana e Raquel pelo incondicional apoio que mostram em todo o Mestrado. Sofia e Carlota, que apesar do pouco tempo, sempre estiveram prontas a ajudar. Agradeço às minhas colegas de curso, à Mariana que me acompanha desde a licenciatura, à Ana e Regina pelo apoio ao longo deste caminho comum. Sem o vosso apoio diário, não me tinha sido possível elaborar isto.

Quero agradecer aos meus avós maternos, Artur e Emília, à minha madrinha Liliana, ao meu padrinho Aldo e aos meus primos, Alba Maria, António Maria e Arthur Maria. À minha avó paterna, Maria Emília e à minha tia Clara. A família é a maior fonte de apoio.

Acima de tudo, quero agradecer aos meus pais, por serem uma inspiração, pelo apoio incondicional que me dão desde o primeiro, por me permitirem seguir o caminho que desde sempre quis. Isto não seria possível sem o apoio incondicional deles, sem o esforço que fizeram e fazem para eu estar aqui.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

# **O Impacto da crise de refugiados da Síria nas políticas sociais, económicas e segurança: análise comparativa do Impacto na Turquia e Jordânia**

## **Resumo**

O conflito sírio, é um dos maiores e preocupantes conflitos a nível mundial e da sociedade moderna, onde os direitos humanos internacionais são constantemente violados pelo próprio governo, cujo principal dever deveria ser prevenir e denunciar tais violações à comunidade internacional. Este conflito teve início em março de 2011 após a resposta violenta do governo aos protestos pró-democracia, pacíficos e inspirados pela primavera árabe que acontecia por toda a Síria.

A criação, modificação e a adaptação de políticas, leis e formas legais é um dos meios mais usados ao longo dos anos de conflito. Os governos vêm-se forçados a adaptar as políticas de forma a proteger o interesse nacional, sejam eles interesses económicos, sociais ou de segurança, os governos vão ter sempre como maior e primeiro objetivo proteger o seu interesse, no entanto têm a necessidade de equilibrar e conjugar esse objetivo com políticas que não prejudiquem os refugiados e conseguiram fornecer ajuda aos mesmos de forma justa e equilibrada.

Este documento académico é desenvolvido com o foco em países, Turquia e Jordânia e com o objetivo de mostrar que as consequências não se limitam a uma área da vida, mas sim a diversas áreas da vida dos países e a forma que este grande conflito, com mais de 10 anos, modela a vida dos mesmos e as medidas que os governos usam de forma a controlar os obstáculos colocados por uma crise humanitária desta dimensão.

**Palavras-Chave:** conflito sírio; Turquia; Jordânia; políticas económicas e de segurança; refugiados.

## **The impact of the Syrian refugee crisis on social, economic and security policies: comparative impact analysis in Turkey and Jordan**

### **Abstract**

The Syrian conflict is one of the largest and troubling conflicts worldwide and in modern society, where international human rights are constantly violated by the government itself, whose main duty should be to prevent and denounce such violations to the international community. This conflict began in March 2011 after the government's violent response to the peaceful, Arab Spring-inspired, pro-democracy protests that were taking place throughout Syria.

The creation, modification and adaptation of policies, laws and legal forms is one of the most used means throughout the years of conflict. Governments are forced to adapt policies to protect the national interest, be it economic, social or security interests. The governments of each state will always have as a major and first goal to protect their interest, however they have the need to balance and combine this objective with policies that do not harm the refugees and manage to provide aid to them in a fair and balanced way.

This dissertation is developed with a focus on two countries, Turkey and Jordan and with the aim of showing that the consequences are not limited to one area of life, but rather to several areas of the countries' lives and the way that this major conflict, over 10 years old, shapes their lives and the measures that governments use to control the obstacles posed by a humanitarian crisis of this magnitude.

**Keywords:** Syrian Conflict; Turkey; Jordan; economic and security impact; refugees.



## **Índice**

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
Contextualização e justificativa .....	2
Estado de Arte .....	5
Metodologia .....	11
Pergunta de Investigação .....	14
Estrutura da Tese .....	15
<b>Modelo Teórico .....</b>	<b>16</b>
<b>Capítulo I.....</b>	<b>23</b>
Análise do Conflito Sírio .....	23
<b>Capítulo II.....</b>	<b>29</b>
Impacto do conflito na Jordânia .....	29
Impacto do conflito na Turquia .....	42
<b>Capítulo III.....</b>	<b>60</b>
Análise Comparativa das Políticas .....	60
<b>Conclusão.....</b>	<b>72</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>73</b>

## **Lista de abreviaturas**

BPD - Peace and Democracy Party

UE - União Europeia

FSA - Free Syrian Army

ISIS – Islamic State of Iraq and Syria / Organização do Estado Islâmico

ONU - Organização das Nações Unidas

PMA - Plano Mundial Alimentar

PKK - Kurdistan Worker's Party

PRJ - Plano de Resposta da Jordânia

PYD - Democracy Union Party

UNHCR - Alto Comissariado para os Refugiados

YPG - People's Defense Units

3RP - Plano de Resposta e Resiliência dos Refugiados Sírios

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1. Análise Comparativa .....	71
-------------------------------------	----

## **Introdução**

### **Contextualização e justificativa**

Quem pode ser considerado um refugiado? De acordo com a Agência de Refugiados das Nações Unidas e a Convenção e Protocolo relacionado com o Estatuto de Refugiado, um ser humano é considerado como refugiado quando:

*“A refugee is someone who has been forced to flee his or her country because of persecution, war or violence. A refugee has a well-founded fear of persecution for reasons of race, religion, nationality, political opinion, or membership in a particular social group. Most likely, they cannot return home or are afraid to do so. War and ethnic, tribal and religious violence are leading causes of refugees fleeing their countries.” (USA for UNCHR, The UN Refugee Agency).*

No ano de 2015, já se contavam cerca de 6 milhões de deslocados sírios. Cerca de 2.1 milhões encontram-se em países como a Jordânia e por volta de 1.95 milhões na Turquia de acordo com as Nações Unidas. Isto sem contar com os refugiados que entram de formas ilegais nos países e acabam por não ser registados nos números referentes (Syrian Crisis and Migration, 2015, p.17-18).

Apesar da recente atenção dada de forma global à crise humanitária e de refugiados existente na Síria, a mesma não é um caso recente. As maiores diferenças é que o fenómeno piorou com a Guerra Civil, que teve início no ano de 2011, aumentando assim o fluxo de migrantes e os efeitos internacionais presentes no mesmo (Syrian Crisis and Migration, 2015, p.17-18).

Com a chegada do ano de 2011, chegou também a principal causa da crise de refugiados e humanitária. O ponto de viragem para o aumento drástico da migração, o início da guerra civil que mudou para sempre o rumo do país.

Uma guerra que começou devido à resposta violenta por parte do governo contra as manifestações pacíficas contra o governo de Bashar al-

Assad e a sua ditadura no país. O governo respondeu assim com meios armados e violentos contra a própria população, criando uma guerra civil que passado 10 anos, ainda continua ativa e cada vez mais violenta.

Foi esta guerra civil que gerou o aumento drástico do número de migrantes, criando agora um número elevado de refugiados, quer sejam legais ou ilegais, tendo este fluxo de movimento para outros países aumentou drasticamente. Esta crise presente na Síria chega a ser considerada por vários autores e especialistas, “a pior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial” (Amnistia Internacional, 2015).

Mais de metade da população síria encontra-se deslocada, o que equivale a pelo menos 13 milhões de pessoas, mais que a atual população portuguesa. 13 milhões de pessoas defrontadas com uma das maiores crises humanitárias da sociedade moderna.

É uma crise humanitária que não tem só impacto no país de origem, a Síria, mas tem também impacto para lá do governo regional. Envolve organizações internacionais a vários níveis assim como governos de outros países afetando assim a paz e segurança mundial (Yazgan, Utku e Sirkeci, 2015).

Uma crise com números tão altos, que as próprias organizações humanitárias têm dificuldade a gerir, um número que nem a Segunda Guerra Mundial conseguiu gerar (Yazgan, Utku e Sirkeci, 2015).

Mesmo antes da existência deste conflito, que se vem a arrastar desde 2011, a Síria já era um país com vários problemas de diferentes tipos, como a alta taxa de desemprego, desigualdade nos salários, alta opressão das minorias e dos partidos de oposição, assim como um PIB per capita baixo (Yazgan, Utku e Sirkeci, 2015).

Isto mostra assim que as condições necessárias para um alto nível de migração já estavam presentes no país. No entanto, foi com o conflito que esse movimento se acentuou, tornou-se forçado por uma questão de sobrevivência e desespero e tem aumentado cada vez (Yazgan, Utku e

Sirkeci, 2015).

Tornou-se assim numa das maiores crises humanitárias existentes na sociedade moderna e por consequência uma das mais preocupantes sem um fim à vista, o qual não é possível prever devido ao agravamento da situação (Yazgan, Utku e Sirkeci, 2015).

O país desde sempre sofreu de instabilidade, sofreu vários golpes militares ao longo dos anos e da sua existência. No que toca a intervenções militares por conta da instabilidade e falta de condições, já conta com mais de 20 anos em intervenções militares tendo a primeira acontecido no ano de 1949 (Alrababa, Dillon, et al. 2020).

O ponto de viragem para a Síria foi o ano de 2011, com o eclodir dos protestos contra o governo de Bashar al-Assad, levando ao aumento do volume de migração e o tipo de migração existente, que em grande parte deixou de ser voluntária e acabou por ser obrigatória. A busca por asilo aumentou quer seja em países vizinhos como na Europa, tornando-se agora num tópico cada vez mais diverso e complexo (Yazgan, Utku e Sirkeci, 2015).

Apesar de ser um tema atual, com uma vasta investigação ao longo dos anos e com contributos de grandes académicos para a disciplina de Relações Internacionais, poucos foram os autores que acabaram por elaborar uma análise comparativa dos efeitos/impactos de uma crise humanitária desta dimensão na vida política e de *decisions makers*.

Na forma de como no seu dia a dia se vêm obrigados a adaptar políticas e leis de forma a defender e proteger os deslocados que procuram uma vida dignada e segurança, enquanto protegem os interesses do seu país mantendo o mesmo em segurança, assim como a sua população.

O interesse em saber como uma crise desta dimensão é gerida e o interesse pelo tópico levou à elaboração da pergunta de investigação “*De que forma a crise de refugiados afeta as políticas dos países acolhedores?*” usando a escala temporal desde 2011 até 2021 de forma a perceber a

evolução, reformulação das políticas e leis, para ser realizada uma análise comparativa, percebendo assim a forma que afetou, e onde acabam por diferenciar e coincidir.

## **Estado de Arte**

No que toca à análise qualitativa deste tema e da investigação mais aprofundada de forma a obter uma respostas para a pergunta de investigação e ser possível chegar a uma conclusão, a revisão bibliográfica/literatura é extensa englobando desde referências bibliográficas primárias a referências bibliográficas secundárias.

A definição de refugiado é referida e argumentada por vários autores e académicos. É um conceito altamente discutido nas relações internacionais, principalmente para saber e definir quem se pode encaixar nesse mesmo título e receber os direitos que o mesmo oferece e carrega. É então começada a revisão bibliográfica com a apresentação desse conceito e discussão.

O conceito de refugiados encontra-se apresentado oficialmente na Convenção e Protocolo Relacionado com o Estatuto de Refugiados apresentado pela Agência de Refugiados das Nações Unidas, onde está referido que para ser considerado um refugiado/a, a pessoa teve de ser forçada a sair do seu país devido a guerra, violência ou perseguição, seja qual for o motivo das mesmas. Parte-se do princípio de que a sua vida se encontra em risco, assim como a sua segurança e que a pessoa não pode regressar ao seu país de origem devido aos riscos que corre.

Quando se avança para o país onde a crise analisada tem origem, há uma extensa seleção de autores, académicos e informações possíveis para selecionar devido ao contexto atual do tema e à continua guerra presente na Síria, de acordo com a informação apresentada por Sirkeci, Yazgan e Utku (2015).

No documento realizado pelos mesmos, em 4 anos de conflito já se contavam cerca de 6 milhões de refugiados, número recorrente e apresentado por vários autores que mostra o impacto deste conflito. Apesar deste país ter um histórico de problemas e intervenções militares foi no ano de 2011 com o início da Guerra Civil (que dura até o ano atual, 2021),



que tudo teve um agravamento devido às respostas violentas do governo, ao envolvimento de diversos países, oposição e Estado Islâmico.

Por parte da Amnistia Internacional, outra referência usada, no ano de 2015, este conflito já era considerado a pior crise de refugiados e humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. Usando uma das citações usadas no enquadramento teórico em relação à questão do Conflito da Síria: *“Currently, Syrian question is not only a matter of foreign policy for the states; the future of Syrian refugees is also on top of the agenda.”* (Yazgan, Utku and Sirkeci, 2015, p.185).

Se formos a fazer uma comparação dos dados fornecidos pelos autores analisados ao longo da investigação, podemos afirmar que os refugiados sírios que procuram ajuda até agora, são mais que a população portuguesa, são 13 milhões de deslocados no total.

O foco desta investigação não se encontra apenas na análise realizada inicialmente sobre o conflito sírio, mas no estudo de um caso em específico.

Este trabalho de investigação pretende perceber de que forma é que esta crise de refugiados afeta as diferentes políticas de dois dos países mais afetados pela mesma, Turquia e Jordânia, fazendo uma análise comparativa dos efeitos que têm, a forma como a mesma é gerida pela comunidade nacional e internacional na prestação de ajuda aos mesmos.

Até ao ano atual, tanto a Turquia como a Jordânia são dos países que mais deslocados acolhem, quer sejam legais ou ilegais, e os seus líderes ao longo dos anos foram ajustando as suas políticas de forma a modelar o seu país para recebê-los de forma segura e proteger os seus interesses, enquanto respondem à emergência internacional que está a decorrer.

Para a análise destas políticas e do contexto envolvente é utilizada então a Teoria Realista, também conhecido por Realismo, uma das principais Teorias das Relacionais e considerada um Teoria Tradicional

defendida por autores modernos com Morgenthau e Waltz.

Através de um dos livros utilizados durante a investigação, *International Relations Theory*, e do seu capítulo número 1 dedicado ao Realismo elaborado por Sandrina Antunes e Isabel Camisão no ano de 2017.

Foi analisada uma definição de Realismo e os seus principais pilares, onde um dos principais é que os líderes dos Estados e as decisões tomadas pelos mesmos são realistas e com os interesses nacionais em mente, o que quer dizer, que todas as decisões tomadas, políticas e medidas legais criadas e colocadas em utilização são feitas com a intenção de beneficiar o Estado.

Por mais que existam outras motivações, como é o caso da atual crise de refugiados, nas políticas criadas para gerir e integrar os deslocados por partes dos governantes de países como a Turquia e a Jordânia, o interesse em proteger os seus países, sociedades e interesses nacionais prevalecem no topo em relação aos interesses internacionais.

Se recuarmos até autores como Walt (1998), é possível ver que existem vários tipos/subdivisões de realismo, o *neorealismo*, onde a natureza humana é ignorada e o foco está nos efeitos do sistema internacional, principalmente por acreditar num sistema de anarquia onde cada Estado tem de sobreviver por si (defendido por Kenneth Waltz). O *realismo clássico*, onde se acredita que os seres humanos têm o desejo inerente de dominar os outros o que gerava as guerras (defendido por Morgenthau e Niebhur).

Existe também a *teoria ofensiva-defensiva*, em que se defende que é mais provável existir guerra quando há mais facilidade em conquistar outros Estados. Gerar defesa é mais fácil que gerar ofensiva: há mais segurança, os incentivos à expansão são rejeitados e há mais cooperação. No entanto, se o fator da defesa estivesse em vantagem e os Estados soubessem distinguir entre armas ofensivas e defensivas, estes poderiam

obter os meios para se defender sem colocar os outros sob ameaça, o que gerava uma diminuição dos efeitos da anarquia.

Para eles os Estados apenas sobreviviam e os Grandes Poderes garantiam a sua segurança através de alianças e de posições militares defensivas (defendida por Jervis, Quester e Evera).

Já para Devetak (2011), o Realismo é quando existe a necessidade de equilíbrio de poderes para os Estados sobreviverem, isto devido aos mesmos existirem sobre uma forma de anarquia. Para ele, esta teoria tem sido um instrumento marcante para modelar a agenda tradicional das Relações Internacionais.

Vários são os autores e documentos tanto oficiais como não oficiais que relatam a jornada da Jordânia na gestão da crise de refugiados e na alta afluência dos mesmos ao seu país.

De acordo com o documento de Alrababa, uma das primeiras e principais medidas tomadas foi no ano de 2012, quando o governo da Jordânia criou o campo de refugiados de Zaatari em conjunto com o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados. Contudo, e com o aumento da afluência as medidas no ano de 2014 apresentadas pelo mesmo académico mostraram uma abordagem diferente e restrita.

No ano de 2016 uma das medidas mais regidas foi aplicada ao fecharem a fronteira, ou seja, as políticas aplicadas vão desde humanitárias, a sociais, de segurança, como aconteceu no ano de 2018 a com mudança de uma política económica que fornecia subsídio de saúde aos refugiados. O mesmo autor refere a criação e facilitação de emprego a refugiados sírios como uma medida conjunta elaborada com a União Europeia.

Já Turner (2015), foca-se nas medidas/políticas de segurança utilizadas, como a divisão dos refugiados em categoria, os normais ou os fugitivos militares, assim como o maior controlo de entrada nas fronteiras e a necessidade de apresentar documentos oficiais de como têm família na

Jordânia. Em último caso o uso da deportação era usado para os indivíduos que representavam um risco elevado para a segurança e que tinham ligações com grupos terroristas. Ainda no mesmo texto, o autor afirma que o motivo de aceitarem tantos refugiados sírios é o fator económico e a ajuda diária de 500.000 dólares que recebem.

Já na revisão bibliográfica da Turquia, como acontece na Jordânia, diversos autores/académicos ou investigadores, focam o facto de ser um dos países que mais refugiados recebe em conjunto com a Jordânia.

As verdadeiras políticas e mais importantes só começaram a ser criadas e aplicadas a partir do ano de 2016, principalmente no que toca ao acesso ao trabalho, educação e saúde pública. Até abril de 2021 de acordo com a Agência de Refugiados das Nações Unidas, o país já contava com cerca de 3.6 milhões de refugiados sírios.

Em boa parte, grande parte dos autores e académicos encontrados e analisados denotam o papel importante desta crise de refugiados e o seu impacto na economia do país turco.

Um dos exemplos vem do autor Faik Tanrikulu e do documento que elaborou no ano de 2020. Nesse documento o mesmo fala do impacto dos refugiados na vida político-económica da Turquia e a forma que o governo que se encontra à frente do país se tem vindo a adaptar ao longo dos anos.

O ano de 2016 é um exemplo dessa adaptação através de remodelação da lei económica que permita agora aos refugiados sírios obter licenças de trabalho de forma mais acessível, o que não só beneficia as pessoas em questão, mas beneficia também o país com o aumento de mão de obra e produção.

Na mesma linha de pensamento, Metin Çorabatır, no seu relatório elaborado em 2016 sobre a Abordagem evolutiva à Proteção de Refugiados, refere um impacto político importante que esta crise tem no país, a forma como o governo turco criou uma restrição geográfica a quem podia obter estatuto de refugiado completo no país.

De acordo com essa lei, os únicos que o conseguiriam obter esse estatuto são os refugiados com origem de países da União Europeia e por isso, a mesma restrição gera controvérsia uma vez que grande parte dos deslocados têm origem em países não europeus, como por exemplo o Médio Oriente.

Contudo, a abordagem a esta crise tem mudado uma vez que a mesma acaba por influenciar um dos maiores interesses da Turquia, a entrada e conseguir pertencer à União Europeia.

## **Metodologia**

A investigação apresentada nesta dissertação baseia-se numa análise qualitativa que tem como objetivo analisar, compreender e explicar a natureza das políticas e forma como a crise de refugiados afetou as mesmas e o seu impacto nos países escolhidos, Turquia e Jordânia.

Esta abordagem qualitativa é feita através de análise de fontes primárias tais como, documentos oficiais de organizações e Estados, relatórios, jornais e entrevistas; e igualmente de fontes secundárias como, livros, capítulos de livros, artigos científicos, website.

Tendo em conta as línguas distintas dos países em causa Síria, Jordânia (os quais têm como língua oficial o árabe) e Turquia (tem como língua oficial o turco) e devido à barreira linguística, é importante realçar que os documentos analisados são em grande parte compostos por conteúdo em inglês, que é analisado e traduzido posteriormente de forma a ser possível elaborar e entender as ideias principais dos mesmos.

Assim sendo, os documentos oficiais utilizados no processo de investigação, são os documentos disponibilizados pelas organizações internacionais e pelos governos de cada Estado que se encontram na língua inglesa, assim como os websites utilizados incorporam sempre uma versão inglesa para a análise correta do conteúdo.

Em sincronização com a metodologia qualitativa escolhida e utilizada, foi elaborada uma análise extensiva dos vários quadros teóricos presentes na esfera das Relações Internacionais, assim como dos seus documentos de forma a escolher o quadro mais acertado.

A Teoria escolhida foi a Teoria Realista, ou Realismo. Esta decisão foi tomada devido ao facto de ao longo da investigação serem analisadas e comparadas várias políticas e decisões que variam desde económicas, sociais e segurança, tomadas por líderes de dois Estados, Turquia e Jordânia, que se vêm severamente afetados pela crise de refugiados que teve origem na Síria com o conflito nacional.

A análise vai ser feita com a visão realista em virtude de ser perceptível que todas as políticas analisadas até à data terem sido aplicadas com um dos maiores pilares do realismo em mente, a proteção do Estado e os interesses do mesmo serem preservados, enquanto prestam a ajuda humanitária que têm ao seu alcance. Os governos acolhem os refugiados no seu país enquanto tentam que as políticas também protejam os interesses internacionais e integrem os refugiados sírios na sua sociedade.

Sendo assim, a Teoria Realista ou Realismo, é uma das principais teorias das relações internacionais que dá destaque à versão conflitual e competitiva das Relações Internacionais, é então considerada uma Teoria Tradicional defendida por autores modernos como Hans Morgenthau e Kenneth Waltz.

A teoria realista, afirma que o Estado é o ator principal nas Relações Internacionais apesar de existirem diversas organizações e indivíduos importantes nas Relações, os seus poderes são limitados ao contrário do Estado. Estado que é um ator único, representa e age como um só, principalmente quando a segurança se encontra em risco (Antunes e Camisão, 2017).

De acordo com esta teoria, as decisões tomadas pelos *decisions makers* são levadas a cabo com os interesses nacionais em mente, ou seja, decisões racionais, deliberações que deixem o Estado enfraquecido ou vulnerável são irracionais.

Em seguimento desta linha de pensamento, os líderes que se encontram à frente do Estado só olham aos interesses do mesmo. Reconhecem que o seu papel é gerir os assuntos do Estado de forma a zelar pelos mesmos e sobreviver num mundo competitivo sem sofrer consequências. No caso de ausência de um líder internacional, a teoria realista defende que os Estados vivem numa anarquia (Antunes e Camisão, 2017).

Para os realistas, o maior objetivo é a sobrevivência do Estado, ou seja, as ações são justificadas pela vida do Estado o que muitas vezes leva os governantes a não olhar a meios para atingir os fins. Este é o principal motivo das ações serem julgadas pela “Ética da Responsabilidade” e não pelos Princípios Morais, daí o ênfase dado pela Teoria Realista na natureza egoísta humana que gera constrangimento na política e criações de políticas (Antunes e Camisão, 2017).

Walt (1998), defende através da Teoria Realista que os Estados têm o desejo de dominar os outros, o que acabará por gerar guerras despropositadas. O mesmo defende a teoria ofensiva realista, onde afirma que quanto mais defesa houver defesa, sendo essa mais forte que a ofensa, as tentativas de expansão serão menores e haverá maior cooperação entre os Estados.

Durante o tempo da Guerra Fria, o Realismo era a teoria tradicional e dominante pelo facto de fornecer explicações simples mas fortes para situações como a guerra, alianças, obstáculos e outras ações internacionais que decorriam na época. Foi dominante também por dar ênfase na competição e sobrevivência num mundo competitivo, como era o caso dos EUA e da URSS (Walt, 1998).

No entanto Devetak (2011), defende que o Realismo é quando os estados existem de forma anárquica e há necessidade de equilíbrio do poder para sobreviverem.

Até aos dias de hoje, o Realismo é visto como o quadro teórico mais completo para se perceber e debater as Relações Internacionais assim como o papel do Estado e a importância do equilíbrio de poder. Contudo, o realismo não é uma teoria perfeita e não consegue explicar ou justificar todas as ações e decisões tomadas pelos líderes dos Estados (Walt, 1998).



## **Pergunta de Investigação**

A pergunta de investigação deste projeto “*De que forma a crise de refugiados afeta as políticas dos países acolhedores?*”, pergunta que poderá gerar algumas respostas e análises.

A principal que irá ser retirada é a forma que esta grande crise humanitária afetou os Estados escolhidos e a forma que os mesmo criaram políticas que não só protegem os refugiados que buscam asilo e uma vida melhor, mas principalmente as políticas que protegem os interesses nacionais quer a nível dos cidadãos nativos, quer seja proteger a sua posição, interesses e imagem internacional.

As políticas adaptadas criadas pelos governos da Turquia e da Jordânia, vão desde políticas sociais, a medidas de seguranças, mas as principais políticas atualizadas ou criadas para efeitos da gestão da crise e do fluxo migratória são económicas e de integração laboral e legal dos refugiados.

A investigação desta pergunta também vai gerar uma análise igualmente importante, que é o posicionamento dos Estados em relação aos refugiados e as diferenças que apresentam na gestão do mesmo movimento.

Apesar das políticas terem o mesmo cariz (desde económico, social, e de segurança), o seu corpo é diferente e por fim vai gerar outra hipótese pertinente que é a importância das políticas da Turquia e da Jordânia numa crise deste nível. É analisada a importância destes dois países na proteção e integração dos refugiados na sociedade local e internacional.

## **Estrutura da Tese**

Esta dissertação está dividida em três capítulos principais, incluindo fora deles a introdução, onde se encontra inserido a contextualização e justificativa do tema, o estado de arte e por fim a metodologia usada para desenvolver a mesma. De seguida tem o modelo teórico onde, que explica o modelo escolhido para interpretar a dissertação e encontra-se a pergunta de investigação, a sua explicação e objetivo final.

De seguida é introduzido o primeiro capítulo, que se foca em explicar o conflito sírio de forma mais aprofundada, conhecendo assim as suas origens, as suas consequências e quem se encontra envolvido no mesmo.

Seguidamente, no capítulo II, encontram-se os objetos de estudo, a Turquia e a Jordânia e uma análise detalhada às suas políticas e medidas que ao longo dos anos foram criadas e modificadas, de forma assim ser possível efetuar uma análise e uma comparação entre si.

No Capítulo III, encontra-se a análise comparativa, onde de forma detalhada são analisadas as políticas tomadas pelo governo de cada país comparando assim as suas semelhanças e diferenças, através do modelo teórico escolhido, o realismo.

No fim, encontra-se a conclusão da dissertação, onde se pretende dar fim à investigação de forma breve e discutir de forma breve os resultados obtidos com a investigação, estando de seguida presente a bibliografia com os autores, académicos, documentos oficiais e não oficiais que foram usados ao longo da investigação.

## **Modelo Teórico**

Desde o início da sua existência e até agora, as relações internacionais têm vindo a crescer e com o seu crescimento, novas teorias e adaptações das existentes começam a surgir, gerando mesmo uma competição entre teorias. Porém, duas teorias prevalecem sobre todas e são vistas como fundamentais e centrais, o liberalismo e o realismo, tendo a teoria escolhida como mencionado anteriormente sido o realismo.

O Realismo, é uma postura qualitativa e como o nome aponta é uma teoria real, onde a realidade existe independentemente da perspectiva, visão ou precessão das pessoas, a realidade só depende de si.

Para o realismo as pessoas apenas ajudam a identificar e qualificar o fenómeno existente, o resto é independente delas. Nada do que possam achar vai interferir com a realidade, qualidade ou existência do fenómeno, a possibilidade de conseguir construir conhecimento independente do contexto é possível e de segurança.

Numa visão mais política e na vertente das Relações Internacionais, e como forma de introdução à teoria escolhida, o Realismo diz que todos os líderes, independentemente do seu lado político, admitem e reconhecem que lideram o seu Estado e os assuntos do mesmo de forma a conseguirem sobreviver no ambiente competitivo que os rodeia.

Para esta teoria se não existir ninguém que controle o poder internacionalmente, os Estados vão acabar a viver num contexto de anarquia e apenas vão querer saber do seu próprio bem e de se beneficiarem a si mesmos.

Apesar de ser uma teoria que ficou mais conhecida durante o século XX, devido á II Guerra Mundial, o realismo é visto pelos académicos e especialista como uma teoria que tem fundamentos antes ainda mais antigos que o século XX, muitos mencionam a existência do Realismo no mundo antigo, na Grécia Antigo e muitos antes disso. Estas conclusões são sustentadas e defendidas devido ao facto de nos seus estudos encontrarem

comportamentos da época que se encaixam na definição geral e seu entendimento sobre Realismo (Mcglinchey, Walters, Gold, 2017).

Um dos académicos mais mencionados no que toca ao Realismo/Teoria Realista é Thomas Hobbes, o mesmo descrevia que o ser humano vivia num estado natural sem ordem, um estado que ele via como sendo uma guerra de todos contra todos (Mcglinchey, Walters, Gold, 2017).

Thomas Hobbes chegou mesmo a propor um contrato social entre o governante e as pessoas de forma a manter uma ordem no estado e nas relações, algo que nos dias é comum por ser claro quem manda, quem cria as leis nos Estados e tais medidas são aceites pela população de cada Estado assim como as consequências por ir contra as mesmas (Mcglinchey, Walters, Gold, 2017).

Apesar disso, internacionalmente não existe esse contrato, não existe esse poder soberano a mandar no mundo. Para os Realistas o mundo vive num sistema de anarquia internacional devido à falta desse poder soberano, para eles o medo e a desordem governa as Relações Internacionais, isso justifica a sua visão onde a guerra é mais comum que a paz para eles, é algo inevitável (Mcglinchey, Walters, Gold, 2017).

Nenhuma teoria ou abordagem sozinha consegue capturar a complexidade do mundo político contemporâneo, é assim mais vantajoso haver diversas teorias do que apenas uma teoria. A competição mencionada anteriormente mostra assim a fraqueza e pontos fortes de cada teoria (Walt, 1998).

De acordo com Walt, o realismo foi a teoria tradicional dominante na época da Guerra Fria, devido ao facto de fornecer explicações simples, mas poderosas para a guerra, obstáculos na cooperação, para as alianças, e para muitos outros fenómenos (Walt, 1998).

Contudo, o realismo não é uma teoria singular e foi se desenvolvendo cada vez mais ao longo dos anos.

Existe o Realismo Clássico onde Hans Morgenthau e Reinhold Niebuhr acreditavam que os Estados tinham a necessidade de dominar os outros, assim como os seres humanos tinham, necessidade que gera as guerras e conflitos. Morgenthau reforça a importância e virtude do sistema clássico e multipolar de equilíbrio de poderes (Walt, 1998).

O Neorealismo, defendido por Kenneth Waltz, focava-se nos efeitos do sistema e internacional enquanto ignorava a natureza humana, um sistema que era construído por vários poderes e cada um lutava para conseguir sobreviver e isto principalmente devido ao facto de que para ele o sistema é uma anarquia.

Cada Estado tem de lutar para conseguir sobreviver de forma independente. Para Waltz esta condição fazia com que os Estados mais fracos acabassem por se balançar em vez de seguirem com os mais fortes (Walt, 1998).

Passados todos estes anos, o Realismo continua a ser o quadro teórico mais completo para perceber as dinâmicas das Relações Internacionais.

Os Estados continuam a prestar elevada atenção ao equilíbrio de poderes e a preocupar-se com a possibilidade de um conflito maior. Apesar de tudo, e de todos os benefícios, há que ter em conta que mesmo sendo uma das teorias mais completas, o realismo não explica tudo e deve-se ter outros quadros teóricos em conta (Walt, 1998).

Outro facto importante no Realismo é que o Estado é o principal ator nas Relações Internacionais, existem outros atores, como as pessoas e organizações, porém o seu poder é limitado comparado ao Estado.

O mesmo é guiado pelos interesses da nação, principalmente em casos de guerras e conflitos internacionais. O Estado é um elemento unitário, as respostas são dadas em “uma voz”, sendo que, quem decide tomar as ações e decisões são atores racionais, que sabem o que os vai levar a atingir os interesses nacionais acima de tudo.

Aos olhos do Realismo todos os líderes, independentemente dos seus lados e objetivos políticos, sabem de tudo na medida em que tentam gerir os assuntos de estado de forma a sobreviverem no ambiente competitivo que são as relações internacionais (Antunes e Camisão, 2017).

Para os realistas, a sua teoria é a que descreve de forma mais aproximada a imagem do mundo político, e devido a essa razão o realismo é a teoria mais utilizada no que toca ao momento de elaborar políticas.

O realismo acaba por ser criticado devido ao seu pessimismo e visão egoísta, devido a maior parte das vezes só ver a natureza confrontacional das realidades. Existe uma visão egoísta e não cooperativa por parte dos seres humanos, isto gera a toma de decisões por parte dos líderes de forma suspeita e em busca de poder e força (Antunes e Camisão, 2017).

No entanto, os realistas defendem que que grande parte das vezes os mesmos são confrontados com limitações e poucas oportunidades de cooperação, isto leva-os a terem pouca possibilidade de fugir à realidade de poder político (Antunes e Camisão, 2017).

Para os defensores desta teoria, encarar a realidade da situação com que se depara não é pessimismo, mas sim uma forma de precaução e prudência. Isto faz com que os mesmos acreditam que a mudança pacífica, ou outro tipo de mudança, é extremamente limitada e um líder agir com essa mentalidade apenas iria causar problemas (Antunes e Camisão, 2017).

Perante o Realismo, por mais que os interesses domésticos, estratégias ou ideais nacionais possam permitir uma cooperação internacional mais benevolente para atingir os objetivos, a anarquia do sistema internacional não deixa alternativa. Esta anarquia obriga os Estados a terem garantia de que têm poder suficiente para se defenderem a si mesmos e aos seus interesses em caso de necessidade de sobrevivência (Hale e Slaughter, 2013).

Para tal ser possível, esta teoria obriga aos Estados e governos a serem atores racionais, para assim, dependendo do seu objetivo, conseguirem agir da forma mais correta para manterem a sua existência intacta (Hale e Slaughter, 2013).

Uma das características principais do Realismo é o “Equilíbrio de Poderes”. É uma situação onde os Estados estão de forma continua a tomar decisões para aumentar as suas capacidades enquanto vigiam as capacidades dos outros Estados. Isto gera um “equilíbrio” no poder, uma vez que nenhum Estado pode ficar com mais poder que os outros, ficar demasiado poderosos no sistema internacional, criando então o “Equilíbrio de Poderes” (Antunes e Camisão, 2017).

Um exemplo dado pelas autoras do documento é o caso da II Guerra Mundial, a qual foi uma consequência de os Nazis quererem ter mais poderes que os outros Estados. Isto gerou uma guerra devido aos outros estados formarem alianças para derrotarem o que detinha mais poder, tentando assim restaurara a Balança de Poderes.

Apesar disso, este sistema de equilíbrio de poderes pode ser uma das grandes razões das Relações Internacionais serem anárquicas. Nunca um Estado sozinho conseguiu se tornar num poder global e unir o mundo, daí a importâncias das alianças e alianças flexíveis (Antunes e Camisão, 2017).

Não obstante a todas as críticas que envolvem esta teoria, como foi mencionado nos parágrafos anteriores, o Realismo é umas das teorias centrais das Relações Internacionais, é uma teoria que continua a oferecer diversas visões importantes no mundo de decisões políticas.

Para esta teoria das relações internacionais, todos os Estados possuem algum tipo de capacidade militar, capacidade que juntamente com as intenções e interesses nacionais não são completamente conhecidas pelos outros Estados do Sistema Internacional, defendendo assim que o mundo é incerto e inseguro (Hale e Slaughter, 2013).

Contudo, certas facetas das políticas internacionais para este pensamento apenas se refletem no equilíbrio de poderes, o que quer dizer que as mesmas não influenciam ou criam constrangimentos ao comportamento do Estado (Hale e Slaughter, 2013).

O Realismo explica a realidade da política internacional e tem como maior objetivo a sobrevivência do Estado, para eles o fim justifica os meios, e justifica o porquê das ações tomadas pelos Estados serem julgadas com a Ética de Responsabilidade e não com os princípios morais. Cria ênfase no constrangimento gerado na vida política e internacional devido ao egoísmo do ser humano e falta de uma autoridade central (Antunes e Camisão, 2017).

O Realismo aplicado a esta investigação deriva do facto, de que de todas as políticas analisadas, em todas as medidas tomadas à um bem e ideal que está em primeiro lugar, que é o bem da nação, o bem do Estado.

Todas as medidas as medidas tomadas quer seja pelo governo turco, quer seja pelo governo da Jordânia, têm todas o mesmo objetivo, a proteção e segurança do Estado. São medidas que por mais que sejam aplicadas para ajudar a população de refugiados sírios, têm o principal interesse de proteger a nação.

Uma das medidas comuns entre as duas nações foi o fecho das fronteiras quando o nível de segurança internacional começou a diminuir, os ataques terroristas começaram a aumentar.

Aos olhos do realismo é uma medida onde a realidade é independente de qualquer pensamento humanitário, independentemente da ajuda que estava a ser prestada, no do momento em que os interesses nacionais foram colocados em risco, ambos os Estados tomaram medidas ara que isso deixasse de acontecer.

Por mais que os Estados tenham medidas humanitárias, medidas de ajuda, as medidas de prevenção e segurança vão prevalecer sobre as mesmas. As medidas de interesses nacionais vão estar sempre à frente de



qualquer ajuda que possa ser prestada, sejam elas medidas ou políticas de segurança, económicas, sociais, saúde ou de outros campos da vida de um Estado.

Um caso como a guerra da Síria, que envolve a comunidade internacional, representa um perigo mundial devido à sua violência e consequências, vai fazer com que grande parte dos Estados tomem medidas onde a sua nação e os seus interesses estão em primeiro lugar, onde se for preciso a anarquia tem lugar.

Perante o Realismo, por mais que os interesses domésticos, estratégias ou ideais nacionais possam ser permitir uma cooperação internacional mais benevolente para atingir os objetivos, a anarquia do sistema internacional não deixa alternativa. Esta anarquia obriga os Estados a terem a garantia de que têm poder suficiente para se defenderem a si mesmos, para defenderem os seus interesses em caso de necessidade de sobrevivência.

Para tal ser possível, esta teoria obriga aos Estados e governos a serem racionais, atores racionais, para assim dependendo do seu objetivo conseguirem agir da forma mais correta para manterem a sua existência intacta.

## Capítulo I

### **Análise do Conflito Sírio**

Mundialmente conhecida por uma região instável, a Síria é classificada como a casa da maior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial e o maior desastre humanitário desde a Guerra Fria.

A agora conhecida República da Síria esteve sob o domínio francês até 1946, tendo sido então nesse ano declarada a sua independência perante os franceses o que gerou uma onda de esperança para um futuro próspero e pacífico.

Contudo e contra toda a esperança, a independência não significou paz e estabilidade. Desde 1946 até 1963, ou seja, durante 17 anos, o país viveu períodos de instabilidade política havendo mudanças de governos militares para governos civis, conflitos dentro do partido governante até anos depois do maior período de instabilidade acabar (Davis, 2015).

Foi então, em 1971, que Hafez al-Assad assumiu o poder governando o país até à sua morte em 2000. Nesse mesmo ano Bashar al-Assad, o seu filho, assume o poder estando em frente do governo da Síria até aos dias de hoje (Davis, 2015).

No início da sua caminhada como presidente o mesmo era visto pela população com bons olhos, era visto como uma chance para criar abertura política e económica. Apesar desta esperança e visão positiva da mudança na governação do país, o crescimento económico acabou por não ser uniforme devido a apenas ser permitido a um determinado grupo de pessoas fazer investimentos, a elite urbana, ou seja, as desigualdades que já existiam acabam por ficar cada vez mais salientes (Davis, 2015).

Durante os anos de 2006 até 2010 a divisão económica agravou-se mais forçando cerca de 300.000 sírios a mudarem-se das áreas rurais para as áreas urbanas de forma a obter um trabalho mais estável e com um melhor rendimento (Davis, 2015).

Com o início da primavera árabe todas as instabilidades e fragilidades que o país passava eram agora visíveis para todo o mundo, um país que era liderado pelo mesmo presidente desde 2000, Bashar al-Assad, que foi o sucessor do seu pai que governou durante 30 anos, até à sua morte. As pequenas manifestações eram realizadas de forma a reivindicar uma democracia, manifestações que eram pacíficas e pediam a demissão do presidente do seu cargo (Nações Unidas, 2019).

As mesmas manifestações foram inspiradas na revolta árabe, também conhecida como primavera árabe, mas ao contrário da população que se manifestava de forma pacífica, a resposta do presidente Bashar al-Assad foi uma resposta violenta aos que se opunham ao seu regime (Nações Unidas, 2019).

Este grande e preocupante conflito foi gerado pelos protestos mencionados anteriormente, que eram feitas pela população que protestavam a grande taxa de desemprego, a corrupção e a falta de liberdade política que existia no país, sendo que em março de 2011 (Nações Unidas, 2019).

Isto gerou o nascimento de vários protestos em todo o país, tendo assim começado oficialmente a Guerra Civil Síria, um dos conflitos mais mortais do mundo, e que até ao ano presente, 2022, parece não ter fim, um conflito com vários anos (Nações Unidas, 2019).

Com um crescimento económico restrito e uma maior divisão na sociedade, milhares de sírios viram-se forçados a mudar-se das áreas rurais para as urbanas, e muitos a sair do país de forma a obter uma vida melhor (Davis, 2015).

Os que ficavam no país realizavam manifestações e protestos contra o governo que cada vez se tornavam mais frequentes. Numa tentativa de acalmar os mesmos o governo garantiu que ia continuar com a manutenção de reforços para as conversações e criação de diálogos formais para chegarem a acordos, porém, essas tentativas não resultaram

em nada aumentado apenas reações anti governo (Davis, 2015).

Com a continuação da revolta, o regime sírio anunciou que ia levantar medidas, leis de emergência, libertar prisioneiros políticos, concessões, como também garantir a manutenção de esforços para haver conversas de forma a evoluírem para diálogos formais (Davis, 2015).

Apesar de tudo o que foi dito, isto não impediu a continuação de reações violentas anti governo. Esta continua revolta levou a que mais de 300 membros do partido do governo acabassem por pedir a demissão em abril de 2011 devido ao assalto militar no Sul de Dara'a (Davis, 2015).

Só em junho de 2011, 3 meses após o início do conflito, já se contava com cerca de 1.400 pessoas mortas e cerca de 10.000 presas, nos dois meses seguintes os assaltos militares começaram a existir no país todo (Davis, 2015).

Neste mesmo ano, 2011, mas no mês de julho, é formado o Exército Livre da Síria (ELS) que maioritariamente é composto por civis que saíram do exército sírio, são estimados que 40 mil soldados tenham saído do exército (Nações Unidas, 2019), para formar, o que se mantém até hoje como uma das principais oposições ao governo de Bashar al-Assad (Nações Unidas, 2019).

Desde 2011 até 2014, o número de refugiados que se encontravam registados no *United Nations High Commission for Refugees (UNHCR)* chegou a 3 milhões em agosto de 2014, no espaço de 3 anos.

Se este número for combinado com o número de deslocados internos, estimado que fosse entre 6 e 9 milhões de sírios, praticamente metade da população síria até meados de 2014 fugiu de sua casa (população da altura era de 22 milhões). Desde 2011 até à data de elaboração do documento, cerca de 200.000 pessoas foram mortas, mudando o conflito para uma guerra civil total (Rochelle Davis, 2015).

Este conflito dá-se entre os apoiantes do presidente sírio e os que estão contra o seu regime, muitos países estão envolvidos, o que tornou a

situação mais complexa e difícil de resolver. Estes mesmos países foram acusados de espalhar ódio entre os grupos religiosos da Síria, colocando os Xiitas contra os Sunitas

Estas divisões permitiram a ascensão de novas religiões, tais como o autoproclamado Estado Islâmico e a al-Qaeda, sendo que a estes se juntaram os curdos sírios que não conseguiram derrubar o regime de Bashar al- Assad (BBC, 2017).

A Rússia e o Irão apoiam o governo, tanto a nível político, económico e militar, promovendo a diminuição da influência dos Estados Unidos no Médio Oriente, e reposicionar o seu país no cenário internacional. Com esta intervenção a Síria ganhou reconquista de territórios que outrora perdeu (BBC, 2017).

Os Estados Unidos da América, a Turquia e a Arábia Saudita apoiam os rebeldes. Outros países ocidentais como o Reino Unido e França, apoiam os considerados rebeldes moderados (BBC, 2017).

O controlo do país encontra-se dividido, onde o regime de Bashar-Al Assad tem controlo na cidade de Damasco, a capital do país, e até à data lutavam para manter o controlo da parte ocidental do país. O controlo do resto da nação recai perante o regime, milícias e os grupos extremistas. Isso tudo gera uma grande divisão, esperada, na população síria em dois lados, apoiantes do regime e antirregime (Davis, 2015).

As participações por parte dos cidadãos devem-se em maior parte devido a inúmeros motivos, desde por crença ou porque querem apoiar a família que se encontra em combates, outros evitam qualquer tipo de contacto quer seja com as autoridades do governo ou da oposição (Davis, 2015).

Muitos ficam ligados a movimentos não violentos que se dão contra o regime e também contra grupos de oposição violentos, como é o caso dos grupos Jihadistas, enquanto outros fugiram sozinhos ou com a sua família para outros países/áreas para se sentirem seguros (Davis, 2015).

Esta guerra é considerada pelos especialistas como o maior desastre humanitário desde o fim da guerra fria. Até 2015 já eram contadas cerca de 200.000 mortes, sendo 8.000 crianças com menos de 18 anos de idade.

No espaço de 4 anos são conhecidos cerca de 7.6 milhões de deslocados internos, 3.2 milhões de refugiados e cerca de 12.2 milhões de pessoas que precisam de ajuda humanitária para sobreviver, num país que conta com uma população de cerca de 22 milhões. Só em 2014 cerca de 700.000 mil refugiados já se encontravam inscritos na UNHCR (Bert, 2015).

De novo, no ano de 2015, já se contava com cerca de 10 milhões de deslocados. É importante de notar que apenas 4 anos após o início do conflito, em cada 4 refugiados 3 são crianças e mulheres (órfãos e viúvas) (Uludag, 2015).

Contudo, apesar de encontrarem refúgio nos países isto não significa que as suas vidas se tornam mais fáceis, muito pelo contrário, apenas uma pequena percentagem de refugiados permanece nos campos enquanto a grande parte deles vive em condições extremamente graves, chegando a passar fome, insegurança e falta de abrigo (Uludag, 2015).

Vários são os números que demonstram a gravidade da realidade síria, sendo que apenas 4 anos do início deste conflito, em 2015, já contava com 200.000 mortos, sendo que desse número 8.000 eram crianças com menos de 18 anos.

Um país que contava com cerca de 22 milhões de habitantes, 3.2 milhões em 2015 eram refugiados. Benedetta Berta (2015) menciona que só em 2014 já existiam cerca de 700.000 refugiados inscritos na UNHCR (Berta, 2015).

Este conflito desencadeou uma das maiores e violentas violações dos direitos humanos no mundo atual que teve consequências não só regionais, como mundiais com a envolvimento de vários países e de várias organizações internacionais. Uma delas foi o uso de armas químicas sobre

a população por parte do governo (Nações Unidas, 2019).

Outras características desta guerra são o impedimento de chegada de ajuda humanitária, como mencionado anteriormente a opressão política e a falta de liberdade, a tortura nas prisões que pertencem ao Estado, e entre muitas outras (Nações Unidas, 2019).

Desde o início da guerra civil em março pelo menos 384.000 pessoas morreram das quais pelo menos 116.000 eram civis, 22.000 eram crianças e 13.000 eram mulheres. 129.476 soldados do exército sírio foram mortos e cerca de 57.000 soldados das fações rebeldes morreram (Observador, 2020).

Cerca de 13.624 soldados das Forças Democráticas Síria foram mortos, 1.697 soldados do Hezbolhah libanês morreram, 67.296 combatentes do Estado Islâmico e do Hayat Tahrir al-Cham foram igualmente mortos (Observador, 2020).

No ano de 2020 havia ainda 421 vítimas não identificadas de acordo com o balanço feito pelo Observatório Sírio dos Direitos Humanos em março de 2020, sendo que em 2017 foi considerado pela ONU “a pior catástrofe provocada pelo Homem desde a Segunda Guerra Mundial” (Observador, 2020).

Mesmo no presente e passados tantos anos, é difícil indicar uma data ou previsão para o fim o conflito sírio e para o fim da crise de refugiados, assim como qual será o resultado desta guerra que se vem a arrastar.

Uma das maiores causas e obstáculo a definir a solução correta para o conflito deve-se à intervenção internacional, quer seja de forma direta ou indireta.

## Capítulo II

### Impacto na Jordânia

A Jordânia, encontra-se ao nível da Turquia como um dos países que mais refugiados recebe desde o início da guerra civil síria e crise de refugiados. Este país tem adaptado as suas políticas de forma a conseguir preservar os interesses dos cidadãos nativos, enquanto tenta integrar os refugiados sírios no seu país (Alshoubaki e Harris, 2017).

Em poucos anos a Jordânia já tinha recebido cerca de 1.2 milhões de refugiados (Alshoubaki e Harris, 2017).

A Jordânia decidiu como parte da sua estratégia política, em se referir a esta crise como “desastre de desenvolvimento” em vez de apenas uma crise humanitária. Conseguia assim que a ajuda internacional e de cariz humanitário fosse fornecida diretamente ao estado do país (Kelberer, 2017).

Durante os primeiros anos da crise de refugiados, a Jordânia permitia aos deslocados a entrada livre no país. Contudo, devido ao aumento significativo da afluência de refugiados o governo, em conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, criaram no ano de 2012 um campo de refugiados em Zaatari, localizado no norte de país, sendo agora um campo permanente (Ala Alrababa, Andrea Dillon, et al. 2020).

Porém, mesmo com a construção deste campo, já cerca de 80% da população síria que se deslocava para o país decidia ficar fora do mesmo e ir para centros urbanos, sendo que os restantes 20% encontrava-se a viver dentro dos campos (Ala Alrababa, Andrea Dillon, et al. 2020).

O fluxo de refugiados modela diversos tipos de conflitos nos países recetores, isto inclui conflitos com o próprio governo acolhedor e com os cidadãos dos países acolhedores. Este último fenómeno deve-se em grande parte devido às ajudas que os refugiados recebem, como melhores serviços ou até mesmo gratuitos.



Apesar de tudo e de todas as ajudas, a presença dos refugiados sírios começou a ser sentida no país, principalmente na sua economia, segurança.

De acordo com UNHCR, a guerra civil e por consequência o seu fluxo de refugiados, acabaram por criar um peso consideravelmente alto nos sistemas nacionais, locais e infraestruturas da Jordânia. De 2011 a 2016 o governo da Jordânia calcula que tenha gastado cerca de 4.2 bilhões de dólares com a crise de refugiados (Alshoubaki e Harris, 2017).

Os refugiados sírios foram grande um desafio para a Jordânia, principalmente devido à sua longa fronteira com a Síria, o que colocava em causa a sua manutenção e segurança. Isto gerou a necessidade de deslocar forças militares para conter quaisquer possíveis efeitos da guerra civil, um dos efeitos políticos da vaga de refugiados.

O acolhimento de refugiados sírios por parte da Jordânia acabou por criar tensões entre os governos de cada país, chegando mesmo haver um confronto militar entre as tropas no ano de 2012, quando os militares sírios acabaram por seguir a população que tentava fazer a passagem de fronteiras (Alshoubaki e Harris, 2017).

O governo da Jordânia também continuou a investir na segurança das fronteiras de forma a proteger a mesmas do regime sírio e das suas tentativas de se infiltrar nas fronteiras e no país, chegando mesmo a acusar o governo sírio de tentativas de operações de infiltrações (Alshoubaki e Harris, 2017).

A deterioração das relações diplomáticas entre os dois países foi aumentado à medida que o conflito se desenvolvia e o fluxo de refugiados que pediam asilo aumentava. Isto acabou por fazer com que a Jordânia expulsasse o então na altura, embaixador sírio, Bahjat Suleiman, devido aos ataques pessoais que o mesmo fazia enquanto se encontrava em serviço (Alshoubaki e Harris, 2017).

Como a Turquia, a Jordânia manteve uma política de portas aberta desde 2011 até ao ano de 2014, com tudo, nas cidades fronteiriças as políticas de controlo foram reforçadas. Esta política tinha como objetivo mostrar a não interferência com o conflito que decorria no país vizinho, mas ao mesmo tempo não afetar os cidadãos que fugiam da guerra e procuravam proteção.

De forma a fornecer um espaço seguro para os refugiados, entre os anos de 2012 e 2014 foram criados campos de refugiados pelo governo do país, sendo estes em Zaatari, Mrajeeb al-Fhood, Araq e por fim King Abdullah Park (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Dado o passado do país na gestão de crise de refugiados (Palestina e Iraque), a criação de campos e uma nova forma de gestão mostrava a intenção do governo da Jordânia ser um símbolo de ajuda humanitária e em troca receber ajuda mundial para gerir a crise (Beaujouan e Rasheed, 2020).

O campo de refugiados aberto no ano de 2012, passado apenas 1 ano já contava com cerca de 18.000 refugiados, localizado em Azraq, sem contar com as fronteiras oficiais (Turner, 2015, p.392).

Os sírios entravam no país através de mais 40 fronteiras não oficiais, contudo, mesmo sendo levados para campos de refugiados, os mesmo desejavam de sair de lá e ir viver para várias cidades do país. Devido a regras e leis isso só é possível fazer-se de forma legal através do sistema “*bail out*” através do qual, um cidadão nativo da Jordânia se responsabiliza a agir como um “*guarantor of their whereabouts*” (Turner, 2015, p.392).

Apesar do foco ser os campos de refugiados, é importante de notar nos refugiados que se encontram a viver fora deles e a forma que o governo lida com os mesmos. Ao invés de forçar a população síria que se encontrava a viver em áreas urbanas ou suburbanas a dependerem de ajudas de organizações internacionais, desde o início que o governo decidiu dar-lhes acesso ao serviço de saúde e sistema de educação (Victoria Kelberer,

2017).

Apesar de tudo, desde meados de 2014 que as autoridades do país restringiram a liberdade de movimento dos refugiados que se encontravam no país, principalmente nas áreas urbanas.

Um das mais conhecidas políticas da Jordânia e referida no documento, o *bail out*, foi alvo de alterações a pedido do próprio governo que pediu à UNHCR para não fornecer mais o Certificado de Requerente de Asilo aos refugiados que tivessem saído dos campos sem a documentação correta e válida para serem inseridos de forma legal na lei de *bail out* (Achilli, 2015).

Isto gerou um impedimento à vida fora dos campos de refugiados pois o mesmo certificado é necessário para ter acesso ao cartão de serviço do ministério do interior para os refugiados. Este cartão que dava acesso ao sistema de saúde público e aos serviços educacionais nas comunidades que se encontravam (Achilli, 2015).

De forma a haver um maior controlo, o governo chegou a criar um processo de verificação pelos centros urbanos distribuídos ao longo do país, onde os refugiados tiveram a necessidade de se apresentar às autoridades nacionais, e serem submetidos a um scan biométrico para verificar a sua legalidade (Achilli, 2015, p. 5).

Com o avançar da guerra e com o aparecimento do ISIS, a segurança começou a ser ameaçada o que levou a Jordânia a tomar várias medidas perante as ameaças.

As medidas de segurança tiveram um início mais calmo uma vez que a integridade do território da Jordânia esteve sempre preservada. Contudo, no ano de 2013 o governo do país decidiu começar a fechar as fronteiras informais que possuía com a Síria e por fim no ano de 2014 fechar mesmo o acesso rodoviária (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Apesar de todas as tentativas, a crise afetava cada vez mais as estruturas do governo e isso aumentou ainda mais o peso já existente nos

recursos humanos e financeiros (Beaujouan e Rasheed, 2020).

No mesmo ano, por ordem do ministro do interior, foi criado o *Syrian Refugees Affairs Directorate*, que tinha como uma das operações o policiamento dos refugiados sírios, quer fosse dentro ou fora dos campos (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Consequente às ameaças de segurança do país, e preocupação com as consequências que o conflito sírio poderia trazer, o governo da Jordânia decidiu criar e adaptar novas medidas quer fossem elas económicas, políticas, sociais ou de segurança.

Uma das medidas para manter a segurança no país, foi uma decisão do governo que decidiu dividir os refugiados. Criou uma divisão entre refugiados que possam apresentar perigo para a segurança do país, são considerados *military defectors* e os “refugiados normais” (Turner, 2015, p.393).

Esta divisão era feita em complexos militares criados para o efeito, negavam a entrada a homens sírios que não consigam provar que tinham família no país de destino e a civis sírios que tenham falta de documentos de identificação (Turner, 2015, p.393).

De forma a manter a segurança, prendem e deportam sírios que sejam acusados de envolvimento com organizações terroristas localizadas no seu país de origem, ou que se encontrem acusados de tentativas de estabelecer organizações na Jordânia (Turner, 2015, 393).

O radicalismo é visto com uma ameaça, quer ele seja interno ou externo, e devido a isso o governo da Jordânia chegou a financiar de oposição no sul da Síria de forma a manter essa parte da fronteira segura. Chegou a ser autorizada uma operação militar contra o radicalismo e ser ativo na coligação anti ISIS para proteger as fronteiras e segurança nacional (Alshoubaki e Harris, 2017).

Internamente esta radicalização deve-se em grande parte às mudanças demográficas, condições económicas, assim como as mudanças

ideológicas que foram acontecendo ao longo o tempo (Alshoubaki e Harris, 2017).

Estas mudanças tornaram-se mais acentuas com o fluxo migratório, levando os jordanianos e cidadãos de outras nacionalidades presentes no país, a aderir aos grupos radicais como forma de revolta. Isto gerou um aumento de preocupações para os governos e diminuição de segurança nacional e local (Alshoubaki e Harris, 2017).

Uma das necessidades políticas da Jordânia, como consequência do fluxo e da radicalização, foi a instalação de uma missão militar intraestatal devido à necessidade de manter a segurança no seu território e ao mesmo tempo conseguir fornecer ajuda e segurança aos refugiados (Alshoubaki e Harris, 2017).

O ponto de viragem nas medidas anteriores, foi ainda no ano de 2014, quando a violência do ISIS na Síria começou a ser cada vez maior e passaram a ser emitidas ameaças para a Jordânia através dos media (Alshoubaki e Harris, 2017).

Foi criada uma campanha contra a Jordânia onde chegava a haver rumores que já se encontravam dentro do país e até nos campos de refugiados. Perante uma ameaça de segurança deste nível, o governo da nação decidiu aumentar a segurança e restrições impostas (Alshoubaki e Harris, 2017).

No ano de 2016, o governo fechou os últimos pontos de entrada que ainda restavam no país, devido a terem sofrido um ataque por parte de apoiantes do Estado Islâmico que se encontrava no campo de refugiados de Rukban, localizado no nordeste do país e perto da fronteira com a Síria (Alshoubaki e Harris, 2017).

Devido a todas estas medidas, centenas de refugiados foram rejeitados, mandados embora na entrada, assim como um grande número dos que se encontravam já no país foram forçadamente mandados embora, enquanto outros tiveram as suas inscrições suspensas no momento de

chegada (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Várias foram as políticas criadas e remodeladas ao longo dos anos para conseguirem controlar a crise humanitária que entrava no país, fornecer segurança aos nativos e aos refugiados assim como condições mínimas de vida justa (Alrababa, Dillon, et al. 2020).

No início da crise havia acesso livre para os refugiados a serviços públicos, assim como tratamento médico e educação gratuitos, contudo, com o aumento dos refugiados e partir do ano de 2014, as medidas começaram a ficar cada vez mais restritas. O governo deu início a um maior controlo das fronteiras e restrição das entradas, tendo mesmo fechado em 2016 quando se deu o ataque terrorista (Alrababa, Dillon, et al. 2020).

O fim dos subsídios de saúde, que facilitavam o acesso aconteceu em 2018, tendo também os governantes do país realojado em campos de refugiados muitos dos sírios que se encontravam em centros urbanos, deportando também alguns de volta para a Síria (Alrababa, Dillon, et al. 2020).

Apesar das várias restrições que foram mencionadas em cima e de outras que foram acontecendo ao longo dos anos, o governo da Jordânia desde sempre deu o seu melhor para que os refugiados se sentissem integrados no país e na sociedade. Um exemplo é a abertura de escolas no ano de 2017 para crianças sírias que tivessem com falta de documentos oficiais. Esta medida abrangeu no espaço de 1 ano cerca de 100.000 refugiados (Alrababa, Dillon, et al. 2020).

No ano de 2016, como parte de um acordo com a União Europeia, o governo da Jordânia facilitou aos refugiados sírios o acesso às licenças de trabalho e participação na mão de obra oficiais. No ano de 2018, até aos mês de maio, já se tinham emitido cerca de 100.000 licenças oficiais de trabalho a refugiados sírios, contudo foi um aumento mais lento do que era esperado (Alrababa, Dillon, et al. 2020).

A cooperação com a União Europeia foi vista como uma forma de conseguir criar melhores políticas humanitárias para os refugiados sírios, esta colaboração veio em luz com o facto de a crise começar a afetar a União Europeia em 2015 (Alrababa, Dillon, et al. 2020).

Foi chegado a um acordo, onde a Jordânia se via obrigada a diminuir as restrições que tinha criado no direito aos refugiados trabalharem, tendo de criar cerca de 20.000 oportunidades de emprego para eles e que os negócios jordanianos tivessem uma certa percentagem de refugiados. Desta forma, a Jordânia recebia em troca livre acesso aos mercados europeus.

Apesar de todos os problemas que a crise poderia gerar e gerou, o governo rejeitou oficialmente forçar os sírios a voltarem para o seu país nativo, tendo este problema passado assim a ser uma das prioridades políticas do governo (Alrababa, Dillon, et al. 2020).

Mesmo com todos os esforços e certas reformas, as reformas socioeconómicas nacionais foram colocadas em pausa o que gerou um descontentamento grande na população da nação, havendo mesmo vários protestos contra o governo no ano de 2018 em junho. O governo viu-se forçado a balançar a gestão política da crise juntamente com políticas de desenvolvimento doméstico (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Outra mudança que esta crise gerou, foi a forma como o país lidava com emergências, que era na base de ajuda humanitária. No ano de 2014, vários atores nacionais e internacionais cooperaram de forma a desenvolver uma resposta que se fosse desenvolvendo a longo prazo, tendo então em dezembro de 2014 sido elaborado o Plano Regional de Refugiados e Resiliência, assinado por países como a Jordânia, Turquia.

O plano tinha como objetivo criar práticas e medidas tanto inovadoras como compreensivas, de forma a responder melhor à crise regional, passando de uma resposta de emergência para uma resposta a longo prazo (Beaujouan e Rasheed, 2020).

O plano tinha então como objetivo a nível nacional criar uma estratégia mais compreensiva, que vai para além da resposta humanitária e fornecer um papel maior aos atores locais e nacionais, em conjunto com o plano criado pela Jordânia, PRJ (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Contudo existia falta de coordenação entre os planos e o 3RP, que nunca chegou a ser verdadeiramente aprovado a nível nacional. Isto causou constrangimentos à aplicação do mesmo, era um plano que tinha sido criado para ser neutro e não ser afetado pela corrupção (Beaujouan e Rasheed, 2020).

O plano mencionado anteriormente falhou em ter em consideração o que os atores nacionais precisavam assim como as prioridades do plano nacional não foram tidas em conta. Havia falta de cooperação e conversação entre as gestões dos planos (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Devido a isso chegou até a existir uma competição de quem conseguia recolher os fundos dos doadores e uma corrida ao seu programa ser escolhido. Há falta de cooperação entre os atores nacionais e internacionais que estão responsáveis de responder à crise síria (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Socialmente, o fluxo de milhares de refugiados teve um impacto imediato nos serviços públicos, nas infraestruturas e procura de empregos, assim como afetou severamente os setores da educação, energia, alimentação, alojamento, saúde e água.

A pressão demográfica mostrou as vulnerabilidades e aumentou ainda mais as dificuldades da população mais pobre, uma ameaça à estabilidade e sustentabilidade do país.

Devido ao grande número de refugiados que têm menos de 18 anos, o sistema de educação público ficou ainda com mais problemas e mais saturado do que já era. Isto levou os professores a terem a necessidade de trabalhar a dobrar, de forma a dar resposta à necessidade de todas as crianças. Não havia a possibilidade de contratar mais staff devido ao peso



financeiro que isso iria gerar (Beaujouan e Rasheed, 2020).

A Jordânia é um dos países mais dependentes energeticamente a nível mundial com importações que ondam os 97%. A luta pela importação de energias do Egito e a urbanização dos refugiados tornaram a balança de energia do país ainda mais instável (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Como forma de compensar a situação e manter a estabilidade, nos primeiros anos da crise é estimado que o governo da Jordânia tenha gastado cerca de 7.7 bilhões de dólares na criação de subsídios para a eletricidade e petróleo (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Contudo, foram criadas restrições no acesso às energias principalmente na eletricidade. Isso foi visível no facto que no mesmo espaço de tempo em que tiveram de investir em subsídios, o consumo acabou por descer cerca de 18% per capita, ou seja, tanto as comunidades como os refugiados sofreram graves limitações de acesso a energias (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Na alimentação, mais de 70% dos refugiados que vivem fora dos campos estão dependentes de assistências para obter comida. Para tentar lutar contra a falta de alimentação, nos primeiros meses de 2015 o governo do país decidiu investir cerca de 100 mil dólares em subsídios alimentares (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Apesar do esforço, em 2019, cerca de 26% da população da Jordânia era considerada com insegurança alimentar, uma vez que o país depende em grande parte da comunidade internacional, assistência ad hoc e refeições fornecidas na escola para as crianças (Beaujouan e Rasheed, 2020).

O setor da saúde foi um dos mais afetados e até ao ano de 2014 qualquer refugiado, fosse ele registado ou não, tinha acesso gratuito ao sistema nacional de saúde. Porém, o acesso acabou por ser restringido devido ao peso que estava a colocar no sistema e às necessidades financeiras que começavam a ser necessárias. O peso foi controlado com

a medida onde o governo decidiu dar acesso gratuito ao sistema de saúde aos jordanos e retirar o acesso gratuito aos refugiados sírios (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Setores como a educação, saúde e energia, levaram os governos locais a necessitar de um investimento de cerca de 1.191 bilhões de dólares por parte da ajuda de internacional, uma vez que estes setores estavam agora categorizados como uma atividade de resiliência (Kelberer, 2017).

Foram também pedidos diretamente pelo *Jordan Responde Plan* em 2015 cerca de 1.114 bilhões de dólares para assim conseguirem pagar subsídios aos refugiados sírios, investir na segurança, infraestruturas, e entre outros (Kelberer, 2017).

Economicamente, em 2014, o governo da Jordânia criou um conjunto de medidas de forma a atrair de novo os investidores sírios que já tinham estado no país. Isto gerou investimentos sírios que rondaram cerca de 40 milhões de dólares em bens imóveis. Em 2013, por parte dos sírios, já tinham sido investidos cerca de 50 milhões de dólares em empresas no país (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Apesar dos refugiados sírios terem uma grande importância na instabilidade da economia do país, a mesma já era extremamente frágil e apenas foi agravada e mais notada com o início e prolongamento da crise de refugiados (Francis, 2015).

No ano de 2015, na Terceira Conferência no Financiamento para o Desenvolvimento, a Jordânia fez um comunicado oficial sobre o desenvolvimento do país onde demonstrava uma ligação entre os resultados do desenvolvimento e a crise dos refugiados.

Isto foi feito de forma a justificar o seu pedido de mudanças nos critérios de elegibilidade para a assistência e financiamento ao desenvolvimento internacional, para assim passar a incluir países que recebam refugiados e que tenham um desenvolvimento médio ou baixo (Kelberer, 2017).

A Jordânia muitas das vezes usou as suas políticas de refugiados como uma forma de beneficiar nas negociações internacionais para assim conseguir fazer pressão para dar direito a uma maior ajuda (Kelberer, 2017).

O país chegou mesmo a ameaçar de criar restrições em acessos aos serviços e proteções se não conseguisse a ajuda pretendida. Devido a isso, no ano de 2013, o Banco Mundial aprovou um empréstimo de cerca de 150 milhões de dólares à Jordânia de forma a conseguirem seguir em frente com o seu programa de subsídio para o pão. Em troca o país teve de declarar e prometer que cerca de 55 milhões de dólares eram gastos nos refugiados sírios (Kelberer, 2017).

De forma a desenvolver um quadro teórico melhor para conseguir elaborar melhores políticas, a Jordânia e outros países do Médio Oriente colaboraram com a ONU de forma a conseguirem desenvolver o mesmo de forma mais complexa e de acordo com as necessidades tanto dos refugiados como da população nacional.

Antes desta colaboração da Jordânia, os quadros teóricos e legais do país eram escassos e adaptados de forma fraca e desatualizada de diferentes meios constitucionais. Além disso, o país não tinha assinado a Convenção de Genebra em 1951 nem o Protocolo do Estatuto de Refugiados em 1967 (Beaujouan e Rasheed, 2020).

Apesar de todos os problemas que tinham no seu quadro teórico e legal, em 2014, o governo da Jordânia criou o *“Jordan Plan Response to The Syrian Crisis”* (Beaujouan e Rasheed, 2020) de forma a garantir assistência e proteção aos refugiados e ao mesmo tempo manter a estabilidade socioeconómica do país.

Apesar da falta da Convenção de 1951 e do seu protocolo adicional de 1967, o memorando que foi elaborado em 1998 em conjunto com a UNHCR tem a extensão da política de refugiados da Jordânia para os não palestinianos, onde estão incluídos a maioria dos princípios e *standards*

internacionais para a proteção de pessoas deslocadas, incluindo a definição de refugiado e procurador de asilo presente na Convenção de 1951. Está também presente nos parâmetros para a colaboração entre a UNHCR e o governo, mas sem ser uma obrigação legal a cooperação dos mesmos (Francis, 2015).

O mesmo documento facilitava o acesso à educação por parte das crianças sírias e até à imposição de restrições feitas em 2014, o acesso livre aos serviços de saúde. Este memorando permitiu à Jordânia ter um melhor quadro teórico para conseguir lidar com uma das suas maiores crises de refugiados (Francis, 2015).

Ao longo dos anos a Jordânia tem apostado em políticas e programas que forneçam uma resposta a longo prazo e permitam aos refugiados ficar no país durante vários anos, uma solução a longo prazo.

Isto teve um grande impacto devido ao facto de que antes do conflito e pelas suas longas fronteiras partilhadas, a Jordânia e a Síria, eram vistos como parceiros e cooperavam entre si, mesmo que relação entre governos não fosse a mais próxima. Apesar disso, o governo da Síria tem um longo historial de interferir nos assuntos domésticos da Jordânia, de destabilizar a sua monarquia e até apoiar milícias palestinas (Kelberer, 2017).

Contudo, é duvidoso afirmar que esta crise teve um impacto grande ao ponto de gerar uma crise interna devido às medidas tomadas para os refugiados, uma vez que o país já se encontrava numa situação económica instável antes da onda de refugiados começar. Isto principalmente devido à falta de água, rendas altas, falta de oportunidades de trabalhos e deterioração das infraestruturas.

Apesar disso, o governo estima que o custo anual da crise seja biliões de dólares por ano, e apesar da ajuda das comunidades e organizações internacionais, devido às poucas relações e diálogos existente o governo afirma que é preciso ainda mais ajuda financeira (Alrababa'h,

Dillon, et al. 2020).

### **Impacto na Turquia**

Ao longo dos anos a Turquia tem mostrado um esforço adicional ao receber os refugiados, e a acomodar os mesmos em campos de refugiados, principalmente tendo em conta o alto número de refugiados que recebe.

O ano de 2016 marcou o início dos maiores passos que a Turquia ia começar a dar em relação às políticas que favorecem os refugiados, como o acesso a trabalho, educação, saúde pública.

Quando se fala na Turquia, refere-se ao país que mais refugiados sírios recebeu. São contados oficialmente a meio do ano de 2015, cerca de 1.76 milhões de refugiados de acordo com as estatísticas oficiais turcas, e de acordo com a Proteção Civil da União Europeia e das Operações de Ajuda Humanitária, o mesmo país contava com 1.7 milhões de refugiados no mesmo ano (Benedetta Berti).

Contudo, apesar dos diferentes dados disponíveis existe um acordo final de que a Turquia é o país que mais refugiados recebe ao longo dos anos (Benedetta Berti). Com o aumento drástico nos últimos anos, conta-se que no ano de 2021, até ao mês de abril, no total já se contabilizavam cerca de 3.6 milhões de refugiados sírios no país (UNHCR, The Un Refugee Agency, 2021).

No espaço de 6 anos, houve uma entrada de quase 2 milhões de pessoas em busca de auxílio e proteção no país (UNHCR, The Un Refugee Agency, 2021).

Conhecida mundialmente como uma das nações que mais refugiados recebe, a Turquia começou apenas por ser um país de passagem, uma tentativa de alcance do continente europeu, para agora ser um país estratégico para os refugiados.

Este acontecimento deveu-se maioritariamente devido aos processos e tentativas de europeização, assim como ao facto de cada vez mais a

nação se tornar num país mais inserido na comunidade internacional (Donelli, 2018).

Todavia, e com todos os esforços e avanços nas políticas do país, a Primavera Árabe e a crise de refugiados revelaram os limites de capacidade da Turquia em criar ligações com comunidades no Médio Oriente, e lidar com os efeitos decorrentes da guerra.

Numa tentativa de ultrapassar o regime regente na Síria, o governo acabou por associar que podia contar com o apoio das EUA e EU. No entanto, com esta cooperação com o ocidente, a Turquia tornou-se ainda mais crítica quando algum dos seus aliados se recusava a associar-se com as sanções propostas, principalmente nas respostas militares (Oktav, Çelikaksoy, 2015).

Esta crise de refugiados não só afetou a Turquia a nível nacional, mas também a nível internacional, principalmente a sua relação com a União Europeia.

Tudo começou em 1959, ano em que concorreram para a Comunidade Económica Europeia numa tentativa de uma melhor integração no mundo ocidental, demorando 4 anos a chegar a um acordo com a CEE (Çetin, Turan, et al. 2017).

Este acordo foi feito em 1963 e que ficou conhecido como *Acordo de Ankara*, tinha como objetivo integrar o país na união aduaneira e ser considerado um membro oficial no fim do processo. Contudo, a Turquia necessitava de cumprir com obrigações como liberalizar a economia e fortalecer a democracia, tendo o acordo final só sido assinado em 1995, um processo de 36 anos (Çetin, Turan, et al. 2017).

O país foi reconhecido como um candidato oficial a Estado Membro apenas em 1999, no entanto, só em 2004 é que as negociações começaram a avançar, pois só aí é que corresponderam aos Critério de Copenhaga (Çetin, Turan, et al. 2017).

No espaço de 5 anos, a Turquia continuou a investir, conjugar e alinhar as suas leis e realimentações de forma a ir de encontro com os requisitos impostos pela UE (Çetin, Turan, et al. 2017).

Todavia, com a crise financeira que a UE sofreu, o processo de adesão foi cessado por um período indeterminado e durante a mesma época o país acabou por cair num regime cada vez mais autoritário, onde por inúmeras vezes os direitos humanos foram violados. A opressão de estado aumentou, a censura dos media, assim como problemas democráticos e detenções como forma de censura (Çetin, Turan, et al. 2017).

Com a chegada do ano de 2011 e o início da guerra civil na Síria, a onda de refugiados foi aumentado ao longo dos anos. Com a entrada de inúmeros refugiados no país, esta vaga de refugiados foi vista como uma nova oportunidade para melhorar as relações com a Europa e com o Ocidente.

O grande fluxo de refugiados e migrantes levou a que uma melhor gestão das entradas tivesse de ser elaborada, assim como leis e regulamentações, criação de novas políticas em quase todas as áreas.

Um dos problemas existentes desde o início da crise foi a grande vulnerabilização da Turquia. Isto deveu-se principalmente ao facto da Síria, ao longos dos anos, se ter tornando num centro para o movimento de radicalismo. Isto tornou assim o país vulnerável ao terrorismo e ao radicalismo vindo da Síria, que muitas das vezes era utilizado por outros países da região (Oktav, Çelikaksoy, 2015).

Um dos maiores medos e problemas criados a nível social por esta crise, foi a possibilidade de haver infiltrações de grupos de terroristas e dos seus membros juntamente com a radicalização (Oktav, Çelikaksoy, 2015).

A Turquia reforçou a presença militar nas fronteiras a partir de 2012, após um jato russo ter sido abatido pelas forças de segurança de forma a fazer frente e conter o regime sírio. Foi uma ação preventiva contra

os ganhos territoriais por parte do Partido de União Democrática Sírio (Okyay, 2017).

No final do mesmo ano foi aprovada uma moção que deu autorização às forças armadas turcas para participarem em operações extraterritoriais. Esta moção foi justificada devido ao aumento de ameaças à segurança nas fronteiras com a síria (Okyay, 2017).

O apoio ao FSA, a ajuda às forças armadas que lutavam de forma ativa na Síria e a mudança na política da admissão gerou polémicas controversas, a cedência de passagem a rebeldes armados, transferência de armas e a circulação de terroristas estrangeiros (Okyay, 2017).

Contudo, a gestão da fronteira turca no início pode ser vista como uma contribuição, não intencional, para o fortalecimento dos grupos extremistas em termos de pessoal, redes operacionais e recursos económicos. Isto acabou por se tornar uma ameaça de segurança para a própria Turquia (Okyay, 2017).

Devido à falta de leis que regulamentassem a entrada dos refugiados e proteção dos mesmos, no de 2013, foi criada a Lei na Proteção Internacional e Estrangeiros de forma criar um sistema para uma gestão moderna da crise (Oktav et al. 2015).

Esta lei regulamentava assim o direito a asilo, os processos de proteção para quem procuravam asilo. Criou uma estrutura legal para solucionar problemas relacionados com a migração, criou e gere o processo de imigração para os refugiados sírios de uma forma transparente (Oktav et al. 2015).

Enquanto isso, o espaço europeu tinha ainda a carência de uma política comum que gerisse o fluxo sírio que dava entrada no continente, mostrando que cada país lidava individualmente com os inúmeros pedidos de asilo (Oktav et al. 2015).

Várias foram as operações criadas pelo governo turco como uma medida de combate à insegurança, sendo uma das mais conhecidas a



Operação Euphates Shield. Esta operação foi realizada entre 24 de Agosto de 2016 e 29 de março de 2017, onde a Turquia enviou tropas terrestres para o norte da Síria em apoio ao FSA e tinha como objetivo limpar as áreas fronteiriças do ISIS, impedindo assim uma maior expansão territorial por parte do PYD (Okyay, 2017).

Dois anos antes desta missão, em 2015, tinha sido lançada outra medida de segurança nas fronteiras que custou 2 bilhões lira turca, equivalente a 112.621.966.83 euros (1 lira turca equivale a 0,0563201 euros) (Okyay, 2017).

Esta medida ficou conhecida como o “Sistema de Segurança Físico da Fronteira Síria”, que incluiu a elevação de muros, barreiras de arame farpado, torres de vigia móveis e também a instalação de câmaras de segurança de alta tecnologia na fronteira (Okyay, 2017).

No ano de 2014, foi adicionada a distribuição de cartões de identificação biométrica e o acesso aos benefícios sociais (Çetin, Turan, et al. 2017).

As políticas controversas de gestão de fronteiras geraram com que as políticas turcas se tornassem mais étnico-sectárias, destacando assim as ligações complexas entre fronteiras de estado e identidade. Acabam por mostrar também a importância que as políticas de fronteiras têm em reforçar a interdependência entre as políticas domésticas e regionais.

As modalidades de gestão da fronteira do Estado turco foram fortemente contestadas por partes da sociedade que via essas medidas como discriminatórias ou seletivas. As políticas que foram utilizadas no contexto do conflito sírio tiveram um impacto a nível nacional e local, principalmente a nível local (Okyay, 2017, p. 841).

São vários os exemplos, e um dos casos é nas provinciais fronteiriças, como Hatay, que é habitada por comunidades alauitas. Esta comunidade teve uma destabilização sociológica e demográfica com a chegada de um número elevado de refugiados sunitas árabes, enquanto

havia livre circulação de rebeldes armados.

Isto resultou num sentimento de insegurança, principalmente entre os não sunitas e comunidades não muçulmanas (Okyay, 2017, p. 841).

Da mesma forma, a comunidade curda protestou as políticas de fronteira, pois viam as mesmas como etnicamente discriminatórias. A construção de vedações, principalmente a barreira construída entre Nusybin e Qamishli em 2013, gerou protestos fortes por parte das populações locais e pelos políticos curdos (Okyay, 2017, p. 842).

O BPD Pró-curdo chegou mesmo a acusar o governo turco de discriminação contra a áreas curdas na Síria, devido ao envio de ajuda humanitária e ao bloqueio na fronteira de passagem da ajuda curda financiada (Okyay, 2017, p. 842).

Em 2014, foi pedido por parte do PPD, que o governo abrisse um corredor humanitário de forma a ser possível passar reforços militares de outros territórios sírios controlados pelo PYD e das Região Autónoma Curda do Iraque. O Governo propôs a opção de permitir a passagem de reforço militar para o PYD e YPG devido à sua ligação com o PKK, e ao invés de abrir um corredor humanitário, permitiria a entrada de 180.000 curdos que fugiam de Kobane (Okyay, 2017, p. 843).

Uma das grandes consequências das tensões nas fronteiras com a criação das diversas políticas e diversas demonstrações de descontentamento, foi que nos períodos de alta densidade, nas zonas fronteiriças tornou-se possível para os grupos extremistas/religiosos, principalmente o ISIS, infiltrar-se na Turquia. Isto levou ao aumento da ameaça de segurança a nível nacional e ao maior investimento nas políticas de segurança por parte do governo turco (Okyay, 2017, p. 843).

O foco inicial das políticas turcas foi para a criação de campos e conseguirem uma melhor gestão dos refugiados, mantendo os mesmos em segurança e vigiados. Foi estimado que fossem gastos cerca de 450 milhões de euros em cada mês do ano para conseguir cobrir as

necessidades básicas de cada de refugiado, o que levava a que só em outubro de 2015 já fosse contado um gasto público de cerca de 6.5 bilhões de euros, fundo que vinham do próprio governo e não de um acordo ou ajuda externa (Çorabatır, 2016).

Um dos passos também mais importantes para a integração quer seja de um refugiado ou de um migrante normal, é a integração económica.

No caso da Turquia, os refugiados sírios tinham direito a trabalho ao submeter-se perante as mesmas leis que os migrantes tinham. Com o passar dos anos e aumento do movimento, a mesma lei não conseguia dar resposta à grande afluência (Tanrikulu, 2020, p. 4).

Em 2016, foi criada uma lei que permitiu aos sírios obter as licenças de trabalho de forma mais fácil, uma vez que agora se encontram sob a Regulamento de Autorização de Trabalho de Estrangeiros com Proteção Temporária, permitindo assim o aumento da mão de obra e as possibilidades de uma melhoria da vida dos refugiados (Tanrikulu, 2020, p. 4).

Uma das grandes abordagens do governo turco à crise de refugiados foi a gestão das fronteiras, uma abordagem de segurança em comparação com o governo da Jordânia. Houve uma maior aposta nas políticas de segurança, principalmente nas que tocam às fronteiras que partilham com o país em conflito.

Após os bombardeamentos sofridos em 2013, foram lançados vários projetos para fortalecer a segurança física das fronteiras, como a construção de muros em certas partes da fronteira, principalmente nas áreas predominantemente curdas. Com o aumento do conflito armado em 2013 a deterioração da segurança nas fronteiras da Turquia foi aumentando (Asli S. Okyay, 2017).

Foi imposta uma Lei de Emergência de Estado que criou um conjunto de medidas autoritárias, pressão na imprensa que afetou os jornalistas, académicos, e a oposição política também (Çetin, Turan, et al.

2017).

A presença militar direta da Turquia em solo sírio, que cresceu progressivamente desde meados de 2015, fez com que a sua procura de influência na dinâmica e no eventual desfecho do conflito da Síria se afastasse largamente das suas manobras de gestão fronteiriça (Okyay, 2017).

A tendência de securitização e fecho da fronteira continuou progressivamente desde meados de 2015 (Okyay, 2017).

No ano de 2014, a Turquia já tinha levantado cerca de 13km de muros, escavado 333km de valas e instalado por volta de 160km de arame farpado ao longo da fronteira com a síria (Okyay, 2017).

Em 2015, cerca de metade dos 40.000 militares que protegiam as fronteiras turcas foram destacados para a fronteira com a Síria.

No verão do mesmo ano, marca-se o início de um período onde o estado turco aumentou as suas ações militares diretas entre fronteiras contra o Partido Trabalhador Turco (PTC) e o ISIS. Isto acelerou o processo de fechar completamente a fronteira com a Síria, uma vez que declarou como organizações terroristas e desta forma como ameaças à segurança nacional, devido ao ataque suicida por parte do ISIS na fronteira curda (Okyay, 2017).

Em fevereiro de 2016, o comprimento dos muros na fronteira atingiu 80 quilómetros, sendo que em setembro do mesmo ano, os muros tinham atingiram 200 quilómetros. Em fevereiro de 2017, 383 quilómetros da fronteira tinham sido fechados, Ancara queria atingir o objetivo de vedar 825 quilómetros dos cerca 911 quilómetros até ao final de 2017 (Okyay, 2017).

Entre janeiro e abril de 2015, de acordo com a UNHCR, cerca de 100 milhões de dólares tinham sido fornecidos à Turquia para ajudar os refugiados sírios (Bahcekapili e Cetin, 2015).

No espaço de 3 anos, desde 2012 até 2015, foram arrecadados cerca de 420 milhões de dólares, dos quais cerca de 190 milhões foram fornecidos pela UNHCR (Bahcekapili e Cetin, 2015).

No mesmo ano, 54% dos refugiados na Turquia eram menores de idade, 49.2% mulheres, ou seja, 77% dos refugiados são mulheres e crianças. Cerca de 272 mil refugiados viviam dentro dos campos e 1.5 milhões viviam espalhados pelas diversas províncias do país (Bahcekapili e Cetin, 2015).

No ano de 2016, por volta de 4.810.710 refugiados já tinham fugido da Síria de acordo com a UHHCR e cerca de 3 biliões de refugiados já tinham entrado na Turquia devido a ser o país mais perto. Muitos tentaram chegar a vários países europeus, porém, a migração descontrolada gerou vários problemas como o tráfico humano e perdas de vidas.

De forma a proteger vidas, a Europa e Turquia decidiram fazer um acordo em 2016, porém como resultado dos procedimentos bastante restritos após o golpe de estado falhado em 2016, a União Europeia suspendeu as relações com a Turquia acabando por ser chantageado pela Turquia, Erdogan's mencionou *"I will open gates for migrants to enter Europe if EU blocks membership talks"* (Çetin, Turan, et al. 2017).

Desde 2016 que a Turquia tem dado grandes passos em facilitar emprego, educação, serviços de saúde aos refugiados, através de mudanças nas leis de proteção internacional e regulação para quem procura asilo (Tanrikulu, 2020).

Apesar das revisões nas políticas e leis de proteção de refugiados, os mesmo encontram um desafio à sua frente que é o facto de haver uma limitação geográfica e de reconhecimento restrito de pessoas com descendência turca para obter asilo no país (Çorabatır, 2016, p.3).

As pessoas que o procurem asilo na Turquia e sejam de fora da União Europeia, só têm direito a proteção temporária. De acordo com a lei, os mesmos não se aplicam para o estatuto completo de refugiados, o que

gera controvérsia, uma vez que grande parte dos refugiados são de países não europeus e do Médio Oriente, como o caso específico da Síria (Çorabatır, 2016, p.3).

Apesar disso, tem havido um esforço por parte da Turquia no que toca aos refugiados, uma vez que a forma como gere esta crise e os que no país procuram asilo, afeta as longas tentativas de pertencer à União Europeia (Çorabatır, 2016, p.3).

Uma das grandes mudanças deu-se na gestão das fronteiras. No início do conflito o país era conhecido por uma *“open door policy”*, uma política liberal de admissão, onde podia entrar qualquer pessoa com documentos válidos, inválidos ou mesmo sem qualquer tipo de documentos.

A Política de Portas Abertas assentava no apoio à população síria e mostrar oposição ao governo de Bashar al-Assad, sendo que assim que o grande fluxo de refugiados começou, o país abriu as suas fronteiras aos deslocados. Porém, esta política acabou por gerar uma onda de críticas externas tendo como consequência o governo pensar de novo em algumas das políticas (Oktav e Çelikaksoy, 2015).

Apesar de todas as dificuldades, críticas e dúvidas, o governo turco foi o único no Médio Oriente a declarar proteção temporária à população síria que entrassem no país, sendo citado pelo autor uma frase de um dos oficiais do governo turco: *“even facing massive inflows, it is possible to uphold a humanitarian approach and enact policies that prioritize the needs of refugees, rather than treat them as threat to state security”* (Oktav e Çelikaksoy, 2015, p. 413).

Outra crítica feita à Política de Portas Abertas, é de a mesma na altura ter sido demasiado aberta, isto devido a deixarem a impressão que iriam permitir a passagem de civis, mas também rebeldes, o que inclui os jihadistas. De acordo com o documento analisado, estas alegações foram geradas devido a haver acusações que afirmavam que a Turquia fornecia armamento aos jihadistas.

Contudo, e apesar da criação de leis para proteger os refugiados e dar auxílio aos mesmos, de acordo com a lei turca, os sírios são reconhecidos como convidados e encontram-se em “campos para convidados”, termos não reconhecidos na lei internacional (Oktav e Çelikaksoy, 2015, p. 415).

Os refugiados sírios que se encontrassem na Turquia não são reconhecidos como tal, nem tratados como os que se deslocam da Europa, e muito menos se podem registar no UNHCR para receber asilo num outro país (Oktav e Çelikaksoy, 2015, p. 416).

De acordo com os dados fornecidos no documento analisado, em janeiro do ano de 2013 já tinham sido deslocados por parte do Crescente Vermelho Turco e pela Direção de Gestão de Catástrofes e Emergências do primeiro-ministro Erdogan's, cerca de 1 bilião de euros. Contudo, e de acordo com os dados a União Europeia, apenas teriam sido disponibilizados 313 milhões de euros, dos quais 25 milhões foram enviados para a Turquia de forma ajudar a gerir a crise (Oktav e Çelikaksoy, 2015).

A relação Turquia-União Europeia poderia por um lado ter saído beneficiária desta crise, através do desenvolvimento conjunto de uma relação construtiva onde partilhariam os pesos e encargos. Porém, esta crise acabou por gerar uma estagnação e vontade na colaboração mútua (Oktav e Çelikaksoy, 2015).

No ano de 2013, foi criado um acordo o *Readmission Agreement*, onde ficou acordado que por cada refugiado que fosse mandado de volta das ilhas gregas para a Turquia, outro sírio da Turquia seria reinstalado na UE. A UE também prometeu ajuda monetária para as autoridades usarem de forma a aumentarem os padrões dos refugiados, cerca de 3 biliões até ao fim de 2018, concordando também num sentido para criar a liberalização dos vistos (Çetin, Turan, et al. 2017).

Contudo, para ser possível criar esse guia, a Turquia tinha de

corresponder a 72 regras, sendo as principais, segurança de documentos, gestão de migração, direitos fundamentais, ordem pública e segurança, readmissão de migrantes ilegais (Çetin, Turan, et al. 2017).

Uma medida impactante na economia da Turquia, foi outro acordo realizado com a UE. Neste acordo, ficou acordado um valor de 3 biliões de euros que eram geridos pelos Estados Membros de forma a ajudar a Turquia a suportar os custos da crise que enfrentava e enfrenta. Este dinheiro ia ser distribuído para 2 anos, começando em 2015 e tendo o seu fim em 2017 (Çorabatır, 2016).

Apesar do seu curto período, foi um plano que trouxe um ligeiro alívio às contas públicas do país e gerou assim uma melhor gestão dos recursos que o mesmo disponha e de novos que conseguiu adquirir ou melhorar (Çorabatır, 2016).

Vários investimentos financeiros foram feitos por parte da UE e dos seus Estados-Membros ao longo de vários projetos acordados sendo dois deles, cerca de 55 milhões de euros para a formação educacional que as crianças sírias necessitassem e 40 milhões de euros mobilizados para ajuda humanitária fornecida pelo PAM, que trabalhava em conjunto com o Crescente Vermelho Turco (Çorabatır, 2016).

Contudo, a diplomacia turca pode ser uma das causas de dificuldade na gestão do conflito, principalmente de acordo com os acordos com a União Europeia pois a mesma por vezes toma uma posição bifurcada, podendo ser mesmo considerada provocativa.

Todavia, mesmo com a adesão às políticas de proteção temporária da União Europeia, o governo do país negou qualquer supervisão por parte da comunidade internacional a qualquer parte do processo.

Um fator importante que influencia igualmente a gestão de refugiados, referido pelos autores, é a política turca de “portas abertas”. É uma política instável e imprevisível no seu sentido prático, mesmo com o facto de Ankara ter fornecido refúgio a inúmeros sírios.



É mencionado em relatórios que a parte síria da fronteira acabou-se por se tornar, nas palavras dos autores “*a jihadist highway*” (Oktav e Çelikaksoy, 2015, p. 409) permitindo a entrada um número indefinido de terroristas sunitas na Síria.

No topo de tudo, a Turquia tem tido dificuldade em ganhar ajuda internacional para conseguir responder à crise que ultrapassa.

A visão que o governo turco tinha perante as ONG’s, fossem locais ou internacionais, não permita que as mesmas tivessem livre movimento nas suas missões e prestação de ajuda e auxílio ao mesmo governo. O governo insistia que a ajuda devia de ser disponibilizada nos seus meios e assim o mesmo geria os fundos (Çorabatır, 2016).

A falta de cooperação com as diferentes ONG’s e outros intervenientes internacionais tem sido um dos maiores motivos da ajuda internacional, principalmente financeira, não ter chegado ao país (Çorabatır, 2016).

As principais ajudas recusadas são principalmente de organizações não governamentais e agências da ONU, as quais eram vistas como invasivas, daí não quererem colaboração com as mesmas. Isso gerou uma descida da credibilidade do país aos olhos da comunidade internacional, principalmente quando tentaram restringir as ações do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Oktav e Çelikaksoy, 2015).

Nos primeiros anos da crise o governo tinha uma visão e atitude conservativa perante as ONG’s. A permissão referida no parágrafo anterior era nula ou quase inexistente para as Organizações Internacionais e ONG’s (Çorabatır, 2016).

De forma a conseguir beneficiar das ajudas que as mesmas tinham para oferecer, o governo permitia a entrada e trabalho das mesmas desde que fosse em conjunto com as autoridades turcas e fossem trabalhos nas fronteiras, a principal aposta das políticas do governo turco (Çorabatır,

2016).

As atitudes perante as mesmas organizações começaram a ser alteradas ao observar que beneficiava com a ajuda das mesmas. Criavam agora políticas permanentes, as quais permitiam o registo de forma permanente das organizações perante as autoridades nacionais. Facilitou assim as licenças de trabalho para o staff internacional como também o fim do alfandegamento para os abastecimentos que as organizações forneciam (Çorabatır, 2016).

No ano de 2016, a Turquia acabou por receber cerca de 294 milhões de dólares de um pedido feito pela ONU e diferentes ONG's, uma quantia mais baixa do que havia sido inicialmente calculado e acordado. Porém, mesmo que essa ajuda mesmo não cobrisse os custos totais dos gastos que a Turquia tinha vindo a ter, ajudou a uma melhor gestão das suas necessidades e um ligeiro alívio económico (Çorabatır, 2016).

No mesmo ano, de forma a gerir os efeitos sociais da crise de melhor maneira e a delimitar os gastos necessários economicamente, um conjunto de grupos de trabalho foram criados sob a supervisão do conselheiro-chefe do primeiro-ministro turco. Estes grupos são compostos por representantes de diversos ministros importantes e que tiveram como função avaliar e elaborar as necessidades que haviam no que tocava à ajuda humanitária, educação, saúde, infraestruturas municipais, apoio social e de harmonização, mão de obra e economia e por fim gestão da migração (Çorabatır, 2016, p. 15).

Esta análise tinha o objetivo de perceber as necessidades e os investimentos que iam ser necessários até ao ano de 2018, de forma a existir um melhor controlo financeiro e conseguir balançar as contas e despesas do Estado. Para esse período de 3 anos, tinha sido estabelecido um orçamento de cerca de 21 milhões de euros que iriam ser distribuídos pelas áreas de intervenção (Çorabatır, 2016, p. 15).

Estes grupos destacados também tiveram um papel importante na criação de uma das medidas com mais importância na integração dos refugiados na vida do país, a regulamentação que foi aprovada no início do ano de 2016. Isto permitia assim aos sírios que se encontravam registados sob a proteção temporária trabalhar no país, são conhecidas como as autorizações de trabalho (Çorabatır, 2016, p. 16).

Apesar de ser uma medida integrativa, as autorizações de trabalho tinham uma validade e a cada vez que trocavam de emprego as mesmas precisam de ser alvo de uma atualização. Esta medida tinha como principal alvo dar licenças de trabalho a refugiados com formação na área da saúde, educação, de forma a assim também conseguir beneficiar a população síria (Çorabatır, 2016, p. 16).

A conceptualização de segurança turca é formada pela sua geopolítica e localização geoestratégica, o que acaba por fornecer uma posição única no mundo internacional. Historicamente a segurança desta nação estava concentrada no poder militar e defesa territorial, conhecida academicamente como *hard security*.

A compreensão de segurança da Turquia favorece a definição tradicionalista. Contudo, as novas áreas como os novos desafios económicos, demográficos, sociais, ambientais aumentaram a discussão sobre segurança, principalmente incentivada pela sociedade civil turca que tem cada vez mais aumentado a consciência no que toca aos novos problemas transnacionais, como os movimentos migratórios. A globalização acelerou o processo, juntamente com as tecnologias e, serviços, finanças, ofertas (Donelli, 2017).

A tensão e distúrbios são aumentados devido ao medo de aparecimento de militantes dentro dos refugiados, por causa dos grupos de oposição síria que estão presentes no sul da Turquia (Donelli, 2017).

Em certas províncias fronteiriças, a situação foi declarada como ameaça à segurança nacional pelo governo turco. Desde setembro de 2012,

que a Turquia tem evitado a fixação de um elevado número de refugiados nas cidades do Sul, mandando grande parte delas para províncias do interior do país (Donelli, 2017).

A militarização da fronteira foi outro passo importante, o que significou a inserção dos assuntos de refugiados no quadro da segurança que dá ênfase ao policiamento e defesa (Donelli, 2017).

Porém, mesmo que a Turquia tenha dado passos positivos na gestão do fluxo de refugiados, a mesma nação vai continuar a atravessar pressões sociais, demográficas, étnicas e sectárias devido ao elevado fluxo que é alvo. Os refugiados antes eram apenas temporários, mas grande parte tornou-se permanente nos últimos anos, trazendo assim vários efeitos psicológicos no estado e sociedade turca, criando assim diversas pressões (Donelli, 2017).

Devido ao pensamento de uma ser situação temporária, muitos refugiados são obrigados a trabalhar nos mercados de trabalho informais, principalmente pela falta de emprego na economia e mercados formais e pelo facto da estrutura legal ser tão reduzida no fornecimento de emprego. Existe ainda discriminação com os refugiados devido à sua identidade, há um sentimento de xenofobia e anti-imigração principalmente devido ao facto de haver a possibilidade de os refugiados permanecerem por um longo período no país (Çetin, Turan, et al. 2017).

Apesar de muita ajuda ser fornecida pela comunidade internacional, grande parte da ajuda é facultada pelas firmas locais, o que cria oportunidades económicas, especialmente em têxteis e agricultura (Federico Donelli, 2017).

Muitos dos refugiados são donos de negócios e investidores, que têm ligações e relações fortes com o Médio Oriente o que ajuda na distribuição de produtos turcos na região. Isto mostra que não só são parte do mercado de trabalho turco, como também, os sírios com capacidades de negócio são candidatos para papéis económicos, cerca de 26% das

empresas estrangeiras em 2020 eram sírias (Tanrıku, 2020).

Apesar de todas as políticas e gestão dos problemas existentes, o aumento do desemprego foi inevitável assim como a competição pelos empregos. Isto criou a impressão de que os refugiados trazem um peso para as finanças públicas, fazendo com que a economia seja mais lenta assim como o seu crescimento (Tanrıku 2020).

A integração económica é vista como um dos passos mais importantes na integração dos refugiados, e apesar de terem salários baixos e empregos informais, os sírios pedem emprego. Essa procura gera uma vantagem de preço onde a competição aumenta e diminui os preços dentro do mercado informal, particularmente na produção (Tanrıku 2020).

A Turquia não consegue resolver esta crise de refugiados sozinha, devendo de haver mais esforços por parte da EU para ajudar com a mesma. Um dos exemplos é a ajuda monetária e política por partes dos Estados membros de forma a melhorar as condições dos refugiados.

O país precisa igualmente de ultrapassar os problemas de integração, causados pela barreira linguística, falta de educação, saúde e empregos. As leis e regulamentações turcas deviam de ser atualizadas de forma a irem de encontro com os *standards* internacionais.

As autoridades europeias deviam de incentivar a Turquia a levantar a limitação geográfica que se encontra sob a Convenção de Genebra, de forma aos refugiados terem mais liberdade e proteção total. Da mesma forma, a União Europeia deve cumprir a promessa de ajudar financeiramente através da liberalização dos mercados (Çetin, Turan, et al. 2017).

A Turquia demonstra que está determinada em parar o regime de Bashar al-Assad e a sua violência contra os civis, seguindo assim uma política internacional de valor carregado, política que custou o comércio Turquia-Síria a diminuir.

Apesar de toda a ajuda prestada aos refugiados, um dos maiores problemas é a forma como a própria população turca os vê. O número elevado de refugiados é visto como um problema e uma razão de desconforto, principalmente com o dinheiro que é movido para a segurança, staff e manutenção dos campos (Oktav e Çelikaksoy, 2015).

Esta região é caracterizada pela falta de harmonia nas fronteiras (tanto como de estados e identidade), com o aumento das clivagens baseadas na identidade, dentro e fora dos Estados. Tudo isto contribuiu para um enquadramento onde as sociedades e as políticas são cada vez mais baseadas em interconexões e divisões etno-sectoriais (Oktav, Çelikaksoy, 2015).

## **Capítulo III**

### **Análise comparativa das Políticas**

O ambiente deste estudo tem como base as políticas sociais, económicas e de segurança da Turquia e da Jordânia, de forma conseguir entender o impacto que uma crise como a atual crise de refugiados tem no mundo internacional. Tem também como objetivo entender de que forma os Estados e os seus governos tentam preservar os seus interesses, enquanto fornecem ajuda aos deslocados que se movimentam para o seu país.

Esta análise foi elaborada com o objetivo de entender e comparar as medidas e políticas que foram criadas e adaptadas ao longo dos anos, desde o início do grande conflito em 2011 até 2021, pelos governos da Turquia e da Jordânia.

Entender de que forma os seus governos protegeram os interesses da sua nação enquanto articulavam isso com a necessidade de criar políticas e leis para gerirem a crise e fornecer ajuda a quem a pedia, sem os menosprezar.

Vários académicos e documentos foram utilizados e analisados para ser efetuado um levantamento das diversas políticas criadas e adaptadas pelos governos de cada nação. Dessa forma vai ser possível efetuar uma comparação e uma análise das mesmas, percebendo assim as igualdades e divergências que têm entre si.

Esta análise vai ser baseada na Teoria Realista, também conhecida como Realismo, uma das maiores e mais conhecidas das teorias das Relações Internacionais.

As Teorias das Relações Internacionais têm como principal objetivo elaborar métodos e conceitos, para que assim seja possível haver um melhor e mais facilitado entendimento do sistema internacional, da sua natureza e forma como funciona, para assim facilitar o estudar dos seus fenómenos.

Após a Guerra Fria, o Realismo ganhou de novo mais força e destaque no mundo internacional e político, principalmente devido ao estado de anarquia que se viveu durante os anos da guerra e anos seguintes, onde o principal objetivo dos Estados e Governos era proteger a sua nação e os seus interesses.

Para o Realismo, cada Estado é responsável pela sua própria sobrevivência, sendo que o poder é um dos elementos fundamentais nas relações internacionais e na vida política das nações.

Perante uma crise que teve início em 2011, os governos a nível mundial viram-se forçados a criar soluções, fossem elas temporárias ou permanentes. Soluções essas que protegem os diversos interesses nacionais e soluções para gerir a enorme crise de refugiados que a Guerra Civil Síria gerou.

Como foi mencionado ao longo deste estudo, a Guerra Civil da Síria começou devido às respostas violentas do governo contra os protestos pacíficos a favor da democracia, contra a opressão e crise financeira que o país estava a atravessar. Os protestos ficaram mais frequentes, o que levou a que as respostas violentas do governo continuassem contra os civis, grupos rebeldes e todos os participantes.

Em todas as guerras, os cidadãos vêm-se forçados a deixar as suas vidas, o seu país para trás e procurar um lugar novo para viver, um país que os acolha e os proteja da guerra que o país atravessa. Devido à gravidade de conflito, o movimento de refugiados com origem na Síria, tornou-se o maior desde a II Guerra Mundial sendo uma das maiores e piores crises humanitárias do mundo moderno.

Devido às dificuldades que muitos cidadãos sírios já passavam no seu país antes do início da guerra, maior parte das pessoas não tinham as capacidades financeiras de se deslocarem de forma legal. Por outro lado, muitos não tiveram tempo de organizar as suas coisas, enquanto outros perderam tudo nos ataques que os seus locais de residência, cidades, vilas,



aldeias, foram alvos e ficaram sem qualquer tipo de documento.

Por estes motivos mencionados no parágrafo anterior e muitos outros, esta onda de migração ilegal foi maior do que era esperado, fazendo com que a comunidade internacional e os Estados de diversos países tivessem agora em mãos um dos maiores desafios da sociedade moderna.

Inúmeros países são ainda afetados atualmente por este conflito e pela sua repercussão mundial, mesmo que as consequências mais violentas só se sintam no país. O mundo inteiro viu nos seus braços uma crise de refugiados que não diminui mesmo passados 11 anos, uma crise que não parece ter um fim à vista.

Dos inúmeros países afetados por esta crise, há vários que se destacam como é o caso dos que foram analisados ao longo do estudo realizado. A Turquia e a Jordânia são dos países que mais refugiados recebem desde o início da crise, uma tendência que se mantém ainda na atualidade mostrando a instabilidade que se vive na região.

De formas diferentes, todos os países viram-se forçados a adaptar a sua realidade a esta nova realidade que iam começar a atravessar. Em grande parte, todos os escolheram da mesma forma, a criação e adaptação de políticas e novas medidas. A Turquia e a Jordânia são os exemplos escolhidos para analisar essas decisões, assim como para analisar as formas de gerir e diminuir o impacto da crise e conflito na vida nacional de cada um.

No que toca à Turquia, desde o início do conflito que o país e o seu governo fizeram diversos esforços de forma a conseguirem receber os refugiados e acolher os mesmos, quer fosse de forma temporária ou o permanente. Tendo em conta os números elevados, este país é considerado um dos que mais refugiados acolhe no seu território nacional.

Inúmeras foram as medidas tomadas pelo país em prol dos refugiados, mas também muitas dessas medidas tinham uma consideração importante, a forma como o país ia ser afetado pela crise e as tentativas

que teriam para o proteger, tudo com o intuito de diminuir os possíveis impactos na nação. Acima de tudo, a imagem do país e bem-estar nacional é um dos principais interesses do seu governo.

Uma medida rapidamente tomada pela Turquia foi o reforço da presença militar nas fronteiras, de forma a manter a segurança do país e obter um maior controlo nas entradas. Sendo que para garantir essa regulamentação foi criada também a Lei de proteção Internacional e Estrangeiros.

A lei mencionada anteriormente garantia que todos os refugiados eram englobados no mesmo prisma de proteção e que assim todos sejam tratados da mesma forma, há um registo de todos os que entram no país de forma a haver um maior controlo.

Apesar de ser fornecida a ajuda, a integração económica é um dos fatores mais importantes que permitem a coexistência dos refugiados com os civis, tendo sido criada uma lei especial para a gestão de trabalhos para os mesmos.

O Estado desde tem desde sempre, acima de tudo, interesse na proteção do seu país, da população e integridade do território e por consequência das diversas ameaças à segurança do país e pela militarização da fronteira não ser suficiente, diversos muros foram elevados como uma medida de segurança ao longo da fronteira.

Este foi o país que ficou conhecido por ter uma política de portas abertas desde o início do conflito, política que permite a entrada a qualquer pessoa com documentos ou sem eles. Todavia, a mesma foi severamente criticada e isso levou mudanças nas abordagens na gestão e um grande investimento financeiro de forma a garantir uma gestão sustentável tanto do país como da crise.

Apesar de grande parte das políticas serem nacionais, um dos grandes investimentos do governo turco foi na relação com a União Europeia e a criação de acordos com a mesma de forma a beneficiar o seu

país e a sua imagem internacional.

Estas são algumas das diversas políticas referidas ao longo do estudo feito sobre a Turquia e sobre as diversas medidas que o governo utilizou para gerir a crise. É visível nas mesmas que apesar do interesse de dar uma estabilidade e proteção aos refugiados, os interesses nacionais prevalecem sobre qualquer outro.

Muitas das medidas que a Turquia adquiriu para os refugiados geraram algum tipo de medida, ou incluíam nas mesmas, algum tipo de benefício/proteção nacional.

O país e o seu governo viram-se principalmente obrigados a adaptar a sua segurança para as condições que os rodeava e continua a rodear, a instabilidade de uma região e uma proteção extremamente forte e necessária para manter o equilíbrio de uma nação.

Os interesses internacionais da Turquia também prevaleceram em muitas medidas, principalmente nos acordos feitos com a União Europeia ao longo dos anos de forma a esta relação bilateral sair favorecida, e a Turquia estar um passo mais perto de ser aceite na União Europeia. Uma forma de se encontrar mais perto de estar presente nos diversos diálogos que existiam era representar um Oriente Médio sacrificado por um conflito que não tem fim.

O segundo país alvo do estudo, a Jordânia, juntamente com a Turquia é uma das nações que mais refugiados recebe desde o início. O governo deste país vê-se de igual forma forçado a adaptar e criar políticas para controlar a nova realidade de que era alvo, o grande movimento de refugiados.

De forma a conseguir dar resposta ao nível de fluxo que o país se encontrava a ter, o governo tomou a decisão de usar a Política de Portas Abertas de forma a não ter ninguém retido nas fronteiras e conseguir manter a segurança e ao mesmo tempo a proteção dos refugiados.

No ano de 2012 e em conjunto com o Alto Comissariado para os Refugiados, criar o primeiro campo de refugiados em Zaatari, uma das medidas que mais ajudou a gestão dos refugiados.

Contudo, no ano de 2014, a Política de Fronteiras Abertas teve o seu fim devido ao aumento a insegurança e constantes ataques por parte das tropas sírias. Em prol da segurança do país, houve um grande investimento na segurança fronteiriça por parte do governo da Jordânia, chegando ao ponto de encerrarem as fronteiras e acesso rodoviário em 2014.

Um dos grandes investimentos por parte deste país foi nos diversos campos refugiados espalhados pela nação, desta forma haveria um melhor controlo dos deslocados. Contra o esperado, muitos refugiados acabavam por viver fora dos campos e devido a conflitos entre a população que vivia na Jordânia e os refugiados.

Devido ao facto mencionado no parágrafo anterior, houve a necessidade de criar um tipo de policiamento que vigiava os refugiados tanto dentro como fora dos campos, sendo assim criado o que ficou conhecido como *Syrian Refugee Affairs Directorate*, uma tentativa de manter a ordem e segurança interiormente.

No ramo da segurança, o governo da nação decidiu ir ainda mais longe e criar uma separação entre os “refugiados normais” e os *military defectors*, conseguindo assim dividir os mesmos em dois campos e criar uma melhor segurança na nação.

Assim como na Turquia, na Jordânia os subsídios foram criados de forma a amenizar a pressão que os refugiados sentiam devido à falta de rendimentos para conseguirem seguir com a sua vida e ter uma melhor adaptação no país.

Também no mesmo caminho que a Turquia e de forma a conseguir melhor a sua posição internacional no que toca a este conflito, a Jordânia acabou por criar acordos com a União Europeia nos mesmos ramos que a Turquia. Foi elaborado um acordo que fazia com que os refugiados

tivessem direito a trabalho e fosse regulado separadamente da regulamentação do trabalho já existente e aplicada a quem já vivia no país e se encontrava legal no mesmo.

Várias são as políticas pelos países alvos do estudo que chegam a ser parecidas, iguais ou com a mesma finalidade quando analisadas ao detalhe e uma por uma.

Tanto a Turquia como a Jordânia levaram a crise e o conflito do país vizinho com a seriedade que apresenta, e desde início que se mostraram prontos a receber e proteger quem procurava asilo no seu território, dessa forma, desde cedo que as políticas medidas e leis foram criadas.

Quando se analisa as políticas e medidas através da luz da teoria realista, é possível perceber que ambos os países tiveram sempre em primeiro lugar nas suas considerações os interesses nacionais, a forma como iriam gerir tudo sem em algum momento prejudicarem a sua nação e população.

Apesar de ambos se focarem na importância das políticas a nível internacional e o impacto que as mesmas tinham e viram a ter, as políticas da Jordânia sempre foram mais focadas no nível nacional do problema. Por outro lado, a Turquia usou desde cedo a crise e políticas derivadas de forma a se impor a nível internacional e se tentar mostrar como um dos maiores atores do médio oriente no mundo e comunidade internacional.

Essa posição é visível nos diversos acordos feitos com a União Europeia, uma união para a qual a Turquia deseja entrar desde 1987 e é elegível desde 1999. Devido a diversas controvérsias, falhas em cumprimentos de acordos e outros motivos, a nação nunca foi aceite como membro até ao ano corrente de elaboração da parte final deste estudo, 2022.

O governo da Turquia vê-se como o principal ator internacional nesta gestão de conflitos, em grande parte devido à importância que o país tem tido na gestão do fluxo e no acolhimento dos deslocados.

Desde sempre foi o governo a gerir a crise individualmente, poucas vezes foram os acordos feitos com Organizações Internacionais. O governo utiliza assim o Realismo que defende que o principal ator internacional é o Estado que não possui um poder limitado. O governo turco desde cedo agiu como unitário.

Todas estas ações foram tomadas com um ponto principal em mente, os interesses nacionais, a defesa do país, a manutenção das condições de vida para os cidadãos que já se encontravam já a viver no país.

A Jordânia continuou a apostar em medidas e políticas, onde da mesma forma que a Turquia, os interesses nacionais prevalecem-se, fossem eles económicos, sociais ou de segurança.

Porém, e como já referido, ao contrário da Turquia, a Jordânia não se tentou afirmar como um ator internacional forte através de acordos com outras nações. O governo do país colaborou com várias organizações internacionais, principalmente com a ONU, para criar os diversos campos de refugiados e para a adaptação do seu quadro teórico e legal, conseguindo assim criar melhores leis que eram capazes de incluir os refugiados e manter-se fiel aos interesses nacionais.

O governo do país, assim como o da Turquia, apostou fortemente na segurança nacional e nas políticas sociais e económicas, que permitiram e permitem até aos dias de hoje, os refugiados terem uma vida mais independente, principalmente aos que moram fora dos campos.

Apesar de todas as ajudas dadas por ambos os governos, em certas alturas tiveram de haver passos atrás nas medidas quando os interesses nacionais começavam a ficar para trás e a sua nação começava a sair prejudicada.

Um dos exemplos mais claros foi a Política de Portas Abertas que ambos os países tiveram, tanto a Turquia como a Jordânia tiveram essa política em uso até 2014. Porém, a partir do momento em que a segurança

do país começou a ser demasiado ameaçada e o interesse em proteger começou a ficar cada vez mais para trás, os governos decidiram zelar pelo bem da nação e dos seus interesses.

Numa situação de guerra, principalmente numa guerra que envolvem diversas nações, quer seja de forma direta ou indireta, os interesses nacionais têm de prevalecer junto com uma capacidade de raciocínio racional e crítica.

É visível que, mesmo com os objetivos de ambos os Estados a se diferenciarem em alguns pontos, os mesmos acabam por se encontrar e mostram que no final, por mais que existam intenções de criar políticas que possam ajudar, e muitas vezes com um cariz humanitário, nenhuma delas vai ultrapassar os interesses nacionais.

Uma das maiores diferenças entre as políticas adotadas entre os governos destes dois países é que, no caso da Turquia as políticas que eram tomadas com interesses nacionais tinham uma tendência para a segurança e devido aos seus interesses internacionais, as políticas sociais e económicas eram incentivadas por acordos.

Um dos exemplos é o caso dos acordos feitos com a União Europeia, mostrando assim o seu impacto na vida política do país de todas as adaptações a que se tiveram de submeter de forma a gerir uma crise que dura anos.

No caso da Jordânia, as suas medidas e políticas foram sempre tomadas mais a nível nacional e mesmo com diversas políticas de segurança, o governo da nação acabou por criar mais medidas sociais e económicas de forma a proteger e manter a estabilidade do país ao máximo possível. Apesar da sua colaboração internacional, a mesma foi mais entre governo e organizações internacionais para a gestão dos campos.

O fluxo dos refugiados mantém-se num número elevado e devido a muitos não quererem ficar nos campos de refugiados. Isto leva ao mercado habitacional dos dois países ter um aumento no seu valor, ficando

inconstante quer para os habitantes da Turquia e da Jordânia, quer para os refugiados.

Perante isso, e como medida social os governos de ambos os países fazem investimentos na criação e construção de habitações para os refugiados que não ficavam nos campos de forma a conseguir estabilizar o mercado imobiliário. Isto deveu-se ao facto de, ao longo dos anos, muitos cidadãos que já se encontravam nos países terem sido forçados pelos senhorios a sair das suas casas arrendadas, uma vez que os refugiados sírios iriam pagar uma renda maior e assim obtinham mais dinheiro.

Na análise, é possível entender que por mais que a integração fora dos campos seja apoiada e até incentivada de forma a haver um melhoramento nas economias nacionais, o controlo da população refugiada que se encontra nas áreas tem de ser cada vez maior e mais apertado de forma a manter uma segurança ativa. Este controlo é necessário devido ao risco de ameaças elevadas que as nações enfrentam devido aos diversos grupos terroristas, armados e infiltrados.

O entendimento e gestão da segurança na Turquia favorece a definição tradicionalista. Áreas como os novos desafios económicos, demográficos, sociais, ambientais aumentaram ao longo dos anos a discussão sobre segurança, principalmente incentivada pela sociedade civil turca, que cada vez mais tem aumentado a sua consciência no que toca aos novos problemas transnacionais, como os movimentos migratórios.

A globalização acelerou o processo, juntamente com as tecnologias e, serviços, finanças, ofertas. A prosperidade económica e política atraiu pessoas, quer temporariamente ou permanentemente, como é o exemplo dos refugiados e do seu grande fluxo que entra no país e vai continuar.

Perante esta situação e como já referido nos parágrafos anteriores, apesar do governo turco ter o foco nas três áreas estudadas, o seu foco principal encontra-se na segurança. Isto deve-se em grande parte aos ataques e danos sofridos ao longo do conflito e crise, fazendo o governo



apostar na militarização das suas fronteiras e missões.

Em contraste e como referido anteriormente, a Jordânia mantém o seu foco distribuído pelas três áreas analisadas, porém as suas maiores alterações acontecem nas políticas e medidas sociais.

Estas medidas, não só que permitem uma maior integração social e económica dos refugiados, mas da mesma forma que protege os refugiados, protegem também as pessoas que já residiam no território nacional. Isto é possível devido ao aumento do controlo dos refugiados que se encontram fora dos campos através do controle policial e registos biométricos.

Este maior controlo social dá-se pelo facto da Jordânia ser um país que já sofria de clivagens sociais e dificuldades económicas antes da emergência desta crise de refugiados. Esta crise é um desastre humanitário com capacidade de piorar a situação em que o país já se encontrava, contudo, a segurança do país não é negligenciada e é integrada nas políticas sociais e económicas.

Através da análise das políticas e comparação das mesmas, é possível perceber que a teoria realista mostra de forma correta a realidade dos governos e forma como eles pensaram quando criaram as políticas.

Como mencionado ao longo do documento, os interesses nacionais prevalecem sob qualquer outro interesse, principalmente quando se trata de guerra. A criação e adaptação de políticas é forma deles tentarem sobreviver num mundo de anarquia, num mundo de caos. Os países vivem num estado de emergência constante.

Na tabela que se segue, encontram-se as principais diferenças encontradas ao longo da análise realizada às diversas políticas e abordagens utilizadas pelos países.

Tabela 1- Análise Comparativa

<b>Crítérios</b>	<b>Jordânia</b>	<b>Turquia</b>
Qual a principal abordagem dos governos face à crise?	Políticas com uma visão nacional	Políticas com uma visão nacional e internacional.
De que forma os governos se posicionam na gestão da crise?	Aposta na cooperação internacional e em articulação com organizações internacionais	Aposta na afirmação no contexto internacional e na gestão de crises
Das três áreas, quais são os principais focos dos governos e alvos de maiores mudanças?	Aposta forte nas políticas sociais e económicas	Aposta forte nas políticas de segurança

O impacto de uma crise como esta na vida política dos países é infundável e vai continuar a mover com o ritmo que o conflito tem. Ambos os países saíram prejudicados, por mais políticas que sejam criadas para diminuir o impacto de uma crise destas dimensões, nunca vai ser possível ter um impacto nulo, principalmente com uma guerra que já tem 11 anos de duração.

## Conclusão

Esta investigação, realizada no ambiente da dissertação final do mestrado, foi elaborada com o intuito de entender e analisar o impacto que uma crise e guerra consegue ter num país, na sua forma de viver e o no quanto as suas políticas são afetadas.

A Guerra Civil da Síria, que já vai no seu 11º ano de atividade e tem consequências que são incontáveis. São consequências sentidas ao longo dos anos dentro da nação, assim como o seu impacto na comunidade internacional que é uma das maiores consequências, a grande onda de refugiados que até ao dia de hoje se mantêm.

Diversos foram os países afetados, mais os mais afetados foram a Turquia e a Jordânia. A grande vaga de refugiados impulsionada pela guerra foi uma das grandes consequências que as nações tiveram de enfrentar e vão continuar a enfrentar ao longo dos anos.

Nesta dissertação, é abordado o impacto que a Crise de Refugiados teve no país, tendo sido a pergunta de investigação criada com esse objetivo, entender e analisar o impacto, sendo a pergunta “*De que forma a crise de refugiados afeta as políticas dos países acolhedores?*”

A crise de refugiados afetou as diversas áreas da vida política dos países acolhedores, porém, as principais áreas afetadas foram a área social, a económica e por fim a de segurança. São essas áreas os principais alvos desta investigação e alvos de comparação.

Durante o primeiro capítulo, é feita uma breve análise do conflito sírio, das suas causas e do seu histórico. Através disso, é possível ver que o mesmo teve início no ano de 2011, tem duração de 11 anos e teve o seu início devido às diversas manifestações pacíficas feitas pela população, às quais o governo teve uma resposta extremamente violenta, o que gerou a guerra civil que dura até aos dias de hoje.

A guerra criou assim um dos maiores movimentos de refugiados que a história mundial e as relações internacionais se deparou.

No segundo capítulo é abordado o tema principal desta tese, as políticas adotadas por cada país, uma forma de gerir a consequência da guerra civil que sentem no país vizinho. Tanto a Turquia como a Jordânia viram-se forçadas a lidar com uma crise, que apareceu de um dia para o outro e começou a crescer cada vez mais. A forma que os governos encontraram foi a criação de diversas políticas, sejam elas de que área fosse, de forma conseguirem gerir mesma.

Porém, durante a criação dessas política e auxílio aos que asilo procuravam e ainda procuram nos seus países, os governantes e os seus governos precisam de ter em mente as necessidades do seu país, de quem nele já vivia, e acima de tudo, precisam de zelar pelo seu bem.

Várias políticas foram criadas de raiz ao longo dos anos, com o propósito de se adaptarem à realidade que o país enfrentava. Com o passar dos anos, as mesmas políticas são adaptadas e revistas de forma a se adaptarem às realidades existente e reajustarem-se aos interesses da nação.

No capítulo três, é efetuada uma análise comparativa dos dados que foram recolhidos e analisados ao longo do estudo. A partir dessa análise é possível perceber que, apesar dos governos dos dois países terem abordagens diferentes, os mesmo têm uma coisa em mente quando as políticas são criadas e adaptada, os interesses nacionais em conjugação com a necessidade de proteger e fornecer uma vida digna a quem procura ajuda no seu país. Porém, devido aos interesses nacionais a ajuda por vezes é restrita e extremamente controlada pelas autoridades nacionais.

Na análise comparativa é possível entender que ambos os países têm também abordagens distintas à sua forma de gerir o impacto da crise, por um lado a Turquia dedica-se à abordagem através da segurança, gestão das fronteiras e das missões militares na mesma.

A Jordânia, por outro lado, aposta mais nas políticas sociais, de integração dos refugiados, numa visão mais humanitária da crise enquanto

zela pela segurança, no entanto com a vertente social em mente.

O fluxo forte de refugiados vai criar instabilidades, principalmente a nível social e económico. A população local fica preocupada perante a situação do seu país, tanto na Jordânia como na Turquia. Isto levou os governos a criar diversas políticas e medidas nessas áreas de forma a zelar pelo bem do país e pelos seus interesses nacionais.

A segurança é um dos grandes problemas que os Estados atravessam devido às suas fronteiras, às pessoas que conseguem por elas entrar, devido às diversas tentativas de ataques e missões por parte das tropas sírias e grupos terroristas.

Depois da análise e comparação das políticas adotadas pelos países, é possível responder à pergunta de investigação criada com o objetivo de guiar o estudo para uma conclusão concreta.

Primeiramente, deve ser referido o facto de que o acesso a documentos relativo à Jordânia e às suas leis, medidas e políticas foi limitado, o que restringiu a investigação, dificultando a realização da análise final devido à menor quantidade de políticas disponíveis para analisar em comparação com a Turquia. Em grande parte, estavam disponíveis mais documentos em árabe e francês, línguas que não permitiam o estudo e a investigação.

Uma crise de refugiados desta dimensão tem um impacto extremamente forte na vida política e de quem tem a função de criar diversas políticas nas várias áreas para proteger a nação e ajudar quem procura ajuda no seu território. Da mesma forma que tem impacto na vida de quem já se encontrava a viver no país e vê a sua vida ser forçada a mudar, e adaptar-se a uma nova realidade.

Os países estudados viram-se forçados a mudar a sua vida política para assim conseguirem gerir a procura de asilo, enquanto têm em conta a tensão que vai ser criada entre os migrantes e os locais devido à partilha de recursos, trabalhos, rendas. Isso acaba por criar a necessidade de haver

um maior controlo sob as políticas aplicadas aos refugiados, muitas vezes levando a desentendimentos, como no caso de Turquia onde gerou conflitos internos e sobrepõem mais um peso sobre o Estado que já se encontra sobrecarregado com as medidas necessárias a tomar.

Devido a serem países que têm antecedentes histórico de diversos problemas, desde conflitos a insegurança social e serem nações que já sofriam com problemas sociais e económicos, este novo fluxo de refugiados gerou um agravamento da realidade já existente. Esta nova realidade leva a que muitos cidadãos, que já se encontram presentes na sociedade, fiquem a viver no limiar da pobreza, colocando mais pressão nos governos para a criação de políticas que criem proteção tanto para os refugiados, como para os cidadãos nacionais.

A realidade destes países fica agravada e muitas vezes só com a ajuda internacional é que é possível ultrapassar. Ajuda que muitas vezes demora a chegar ou muitas das vezes nem é aceita pelos países no início do conflito.

Através de uma análise com a teoria realista em conjunto, é possível entender que quando todas as políticas analisadas no estudo foram criadas ou melhoradas, em ambos países, os interesses que estava sempre em primeiro lugar eram os interesses nacionais e a segurança da nação. Sejam eles interesses relacionados com o território e integridade do mesmo, quer sejam interesses internacionais e o desejo de ser um dos maiores atores internacionais do Médio Oriente, os mesmo prevalecem.

Os Estados destas nações vêm-se forçados a adaptar-se a uma nova realidade, onde através da visão realista entende-se o motivo de certas políticas serem escolhidas, adaptadas e muitas vezes totalmente reformuladas.

O interesse permanece nas vantagens a longo prazo, principalmente a nível nacional, pois numa altura de guerra cada Estado gere-se a si mesmo como se vivesse numa altura de anarquia, uma realidade que estes

estados enfrentam há 11 anos seguidos. Vivem num constate estado de anarquia, onde no sistema internacional tentam ser os principais atores do Médio Oriente, que se encontra instável.

Como forma de resposta à pergunta de investigação “*De que forma a crise de refugiados afeta as políticas dos países acolhedores?*”, afeta de uma forma indefinida. Indefinida porque é uma crise e um conflito que não teve fim, e não tem um fim próximo.

Os Estados têm de olhar para a mesma como algo que vai prevalecer por mais anos, onde se vão ver forçados ao longo desses anos a adaptar todas as políticas já criadas e possivelmente criar políticas de acordo com a realidade nacional que se encontram.

Afeta de forma indefinida a economia dos países, seja ele um efeito negativo como positivo. Afeta a segurança dos países com as diversas ameaças que enfrentam ao longo dos anos, afeta as sociedades de cada país que se vêm forçadas a lidar com uma nova realidade e medidas que por vezes acabam por prejudicar os mesmos, por mais que o Estado preserve os interesses nacionais

Em suma, uma crise e guerra com 11 anos vai ter sempre um grande impacto na vida de um país, seja ele um impacto direto ou indireto, onde a Turquia e a Jordânia são dos países que mais impacto sentem devido à sua proximidade com o território sírio. Uma realidade que as nações e os seus governos agora têm de gerir da melhor forma.

O impacto desta crise vai ser sentido em todas as áreas dos países, mas a segurança, economia e a área social do país vão ser sempre as que mais vão sentir o grande impacto e consequências.

É um impacto forte e que obriga uma adaptação imediata à nova realidade que se apresenta à sua frente, uma adaptação que vai ter de se ir também adaptando à continuação do conflito, uma vez que o mesmo veio para durar.

## Bibliografia

Achilli, Luigi. Syrian Refugees in Jordan: A Reality Check, 2015. <https://doi.org/10.2870/821248>.

Adem, Samar Al, Paul Childerhouse, Temitope Egbelakin, e Bill Wang. «International and local NGO supply chain collaboration: An investigation of the Syrian refugee crises in Jordan». *Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management* 8, n. 3 (1 de Janeiro de 2018): 295–322. <https://doi.org/10.1108/JHLSCM-05-2017-0020>.

Antunes, Sandrina, e Isabel Camisão. «Realism». Em *International Relations Theory*, 15–21. Bristol, England: Creative Commons, 2017.

Akcapar, Sebnem Koser, e Dogus Simsek. «The Politics of Syrian Refugees in Turkey: A Question of Inclusion and Exclusion through Citizenship». *Social Inclusion* 6, n. 1 (29 de março de 2018): 176–87.

Akgündüz, Yusuf, Marcel van den Berg, e Wolter H. J. Hassink. «The Impact of Refugee Crises on Host Labor Markets: The Case of the Syrian Refugee Crisis in Turkey». SSRN Scholarly Paper. Rochester, NY: Social Science Research Network, 14 de Fevereiro de 2015. <https://papers.ssrn.com/abstract=2564974>.

Alrababa'h, Ala,' Andrea Dillon, Scott Williamson, Jens Hainmueller, Dominik Hangartner, e Jeremy Weinstein. «Attitudes Toward Migrants in a Highly Impacted Economy: Evidence From the Syrian Refugee Crisis in Jordan». *Comparative Political Studies* 54, n. 1 (20 de maio de 2020): 33–76. <https://doi.org/10.1177/0010414020919910>.

Alshoubaki, Wa'ed, e Michael Harris. «The Impact of Syrian Refugees on Jordan: A Framework for Analysis». *Journal of International Studies* 11, n. 2 (30 de Junho de 2018): 154–79. <https://doi.org/10.14254/2071-8330.2018/11-2/11>.

Al-Tal, Raed Salem, e Hala Ghanem. «Impact of the Syrian Crisis on the Socio-Spatial Transformation of Eastern Amman, Jordan». *Frontiers of*



Architectural Research 8, n. 4 (1 de Dezembro de 2019): 591–603. <https://doi.org/10.1016/j.foar.2019.06.003>.

Berti, Benedetta. «The Syrian Refugee Crisis: Regional and Human Security Implications» 17, n. 41–51 (Janeiro de 2015).

BBC Brasil (2017). «Por que há uma guerra na Síria: 10 perguntas para entender o conflito.» [Em linha]. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37472074>> [Consultado em 13 de junho de 2022]

Çetin, Sefa, Erol Turan, Reha Atakan Çetin, e Oğuz Hamşioğlu. «THE IMPACT OF THE SYRIAN REFUGEE CRISIS ON TURKEY-EU RELATIONS». Uluslararası Politik Araştırmalar Dergisi 3, n. 3 (30 de dezembro de 2017): 13–19. <https://doi.org/10.25272/j.2149-8539.2017.3.3.02>.

Çorabatır, Metin. «The Evolving Response to Refugee Protection in Turkey: Assessing the Practical and Political Needs», Washington DC: Migration Policy Institute, 2016.

Devetak, Richard. «An Introduction to International Relations: The origins and changing agendas of a discipline». Em An Introduction to International Relations, editado por Anthony Burke, Jim George, e Richard Devetak, 2.a ed., 1–20. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139196598.002>.

Donelli, Federico. «Syrian Refugees in Turkey: A Security Perspective». SSRN Scholarly Paper. Rochester, NY: Social Science Research Network, 21 de Setembro de 2018. <https://papers.ssrn.com/abstract=3456588>.

El-Khatib, Ziad, David Scales, Jo Vearey, e Birger C. Forsberg. «Syrian refugees, between rocky crisis in Syria and hard inaccessibility to healthcare services in Lebanon and Jordan». Conflict and Health 7, n. 1 (3 de Setembro de 2013): 18. <https://doi.org/10.1186/1752-1505-7-18>.

Esen, Oğuz, e Ayla Oğuş Binatlı. «The Impact of Syrian Refugees on the Turkish Economy: Regional Labour Market Effects». *Social Sciences* 6, n. 4 (dezembro de 2017): 129. <https://doi.org/10.3390/socsci6040129>.

Fakhoury, Tamirace. «Multi-level governance and migration politics in the Arab world: the case of Syria's displacement». *Journal of Ethnic and Migration Studies* 45, n. 8 (11 de Junho de 2019): 1310–26. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1441609>.

Fakih, Ali, e May Ibrahim. «The impact of Syrian refugees on the labor market in neighboring countries: empirical evidence from Jordan». *Defence and Peace Economics* 27, n. 1 (2 de janeiro de 2016): 64–86. <https://doi.org/10.1080/10242694.2015.1055936>.

Faleh, Hawamdeh Mazen Hussien, e Al-Qteishat Ahmad Saher Ahmad. «The impact of Syrian refugee crisis on neighboring countries». 20, n. 4 (2018): 548–54. Farishta, Aleena. «The Impact of Syrian Refugees on Jordan's Water Resources and Water Management Planning». Columbia University, 2014. <https://doi.org/10.7916/D80K26P3>.

Getmansky, Anna, Tolga Sinmazdemir, e Thomas Zeitzoff. «Refugees, Xenophobia, and Domestic Conflict: Evidence from a Survey Experiment in Turkey». *Journal of Peace Research* 55, n. 4 (1 de Julho de 2018): 491–507. <https://doi.org/10.1177/0022343317748719>.

Hale, Thomas e Slaughter, Anne-Marie «International Relations, Principal Theories» (Setembro de 2013).

Hussein, Hussam, Alberto Natta, Abed Al Kareem Yehya, e Baha Hamadna. «Syrian Refugees, Water Scarcity, and Dynamic Policies: How Do the New Refugee Discourses Impact Water Governance Debates in Lebanon and Jordan?» *Water* 12, n. 2 (fevereiro de 2020): 325. <https://doi.org/10.3390/w12020325>.

Jabbar, Sinaria Abdel, e Haidar Ibrahim Zaza. «Impact of conflict in Syria on 16 Syrian children at the Zaatari refugee camp in Jordan». *Early Child Development and Care* 184, n. 9–10 (3 de Outubro de 2014): 1507–

30. <https://doi.org/10.1080/03004430.2014.916074>.

Khoury, Rana B. «Aiding Activism? Humanitarianism's Impacts on Mobilized Syrian Refugees in Jordan». *Middle East Law and Governance* 9, n. 3 (11 de November de 2017): 267–81. <https://doi.org/10.1163/18763375-00903001>.

Lenner, Katharina, e Lewis Turner. «Making Refugees Work? The Politics of Integrating Syrian Refugees into the Labor Market in Jordan». *Middle East Critique* 28, n. 1 (2 de janeiro de 2019): 65–95. <https://doi.org/10.1080/19436149.2018.1462601>.

McCarthy, Aslihan Tezel. «Politics of refugee education: educational administration of the Syrian refugee crisis in Turkey». *Journal of Educational Administration and History* 50, n. 3 (3 de Julho de 2018): 223–38. <https://doi.org/10.1080/00220620.2018.1440541>.

M. Walt, Stephen. «International Realtions: One World, Many Theories.» *Foreign Policy*, No. 110, Special Edition: Frontiers of Knowledge (Spring, 1998), pp. 29-46. <https://doi.org/10.2307/1149275>.

Nações Unidas (2019). Síria: Um conflito trágico sem fim à vista. [Em linha]. Disponível em <<https://unric.org/pt/siria-um-conflito-tragico-sem-fim-a-vista/>> [Consultado em 15 de junho de 2022]

Oktav, Ö. Z., & Çelikaksoy, A. (2015). The Syrian refugee challenge and Turkey's quest for normative power in the Middle East. *International Journal*, 70(3), 408–420. <https://doi.org/10.1177/0020702015584305>

Okyay, Asli S. «Turkey's post-2011 approach to its Syrian border and its implications for domestic politics». *International Affairs* 93, n. 4 (1 de julho de 2017): 829– 46. <https://doi.org/10.1093/ia/iix068>.

Salameh, Mohammed Bani, e Ayman Hayajneh. «How Jordan Can Cope». *Middle East Quarterly*, 1 de Junho de 2019. <https://www.meforum.org/58683/end-syrian-civil-warjordan>.

International Committee of the Red Cross. «Syria». Country, 20 de julho de 2014. Middle East/Syria. <https://www.icrc.org/en/where-we-work/middle-east/syria>. «Syria Refugee Crisis Explained». Acedido 23 de agosto de 2021. <https://www.unrefugees.org/news/syria-refugee-crisis-explained/>.

«Syrian Crisis and Migration». Migration Letters 12, n. 3 (2015): 181–92.

Tanrikulu, Faik. «The Political Economy of Migration and Integration: Effects of Immigrants on the Economy in Turkey». Journal of Immigrant & Refugee Studies 0, n. 0 (27 de Agosto de 2020): 1–14. <https://doi.org/10.1080/15562948.2020.1810840>.

«The Impact of Syrian Refugees on Jordan: A Framework for Analysis». Journal of International Studies 11, n. 2 (2018): 154–79.

Tobin, Sarah A. «Vernacular Politics, Sectarianism, and National Identity among Syrian Refugees in Jordan». Religions 9, n. 7 (julho de 2018): 225. 17 <https://doi.org/10.3390/rel9070225>.

Tsourapas, Gerasimos. «The Syrian Refugee Crisis and Foreign Policy Decision-Making in Jordan, Lebanon, and Turkey». Journal of Global Security Studies 4, n. 4 (1 de Outubro de 2019): 464–81. <https://doi.org/10.1093/jogss/ogz016>.

Turner, Lewis. «Explaining the (Non-)Encampment of Syrian Refugees: Security, Class and the Labour Market in Lebanon and Jordan». Mediterranean Politics 20, n. 3 (2 de Setembro de 2015): 386–404. <https://doi.org/10.1080/13629395.2015.1078125>.

«What Is a Refugee? Definition and Meaning | USA for UNHCR». Acedido 23 de agosto de 2021. <https://www.unrefugees.org/refugee-facts/what-is-a-refugee/>.

Yazgan, Pinar, Deniz Eroglu Utku, e Ibrahim Sirkeci. «Syrian Crisis and Migration». Migration Letters 12, n. 3 (22 de Setembro de 2015): 181–

92. <https://doi.org/10.33182/ml.v12i3.273>.

Yenilmez, Meltem ince. «The Impact of Forced Migration in the Middle East: Syrian and Palestinian Refugees». PERCEPTIONS: Journal of International Affairs 22, n. 3 (1 de janeiro de 2017): 183–202